

IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E ATITUDES PERANTE O PASSADO AUTORITÁRIO: OS CASOS DO BRASIL, DO CHILE E DA ESPANHA¹

Filipa Raimundo

Jayane dos Santos Maia

Os processos de democratização desencadeiam, de forma mais ou menos imediata, a adoção de medidas de justiça de transição, tais como a condenação dos responsáveis pela repressão cometida durante o regime autoritário, a criação de comissões de verdade e reconciliação, ou a reparação e o reconhecimento das vítimas da repressão. Essas medidas, por sua vez, expressam a forma como as democracias se relacionam com seu passado autoritário.

Nalguns casos, as medidas refletem uma intenção de proceder a uma clara ruptura e a um distanciamento em face do regime anterior. Por exemplo, em Portugal, poucos dias depois da Revolução dos Cravos, as Forças Armadas, os trabalhadores e o governo provisório iniciaram um amplo processo de depuração que resultou no afastamento de centenas de pessoas alegadamente relacionadas com o regime de Salazar e Caetano², sem grande

1. As autoras gostariam de agradecer a José Álvaro Moisés e Carlos Hunneus, pela ajuda com os dados, e a Octavio Amorim Neto, Andres Malamud e Felipe Leal, pelos comentários e pelas sugestões. Esta investigação recebeu financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (PTDC/CPO-C-PO/30730/2017).

2. PINTO, António Costa. Legado Autoritario, Justicia Transicional y Crisis del Estado en la Democratización de Portugal. In: BABY, Sophie; COMPAGNON, Olivier; CALLEJA, Eduardo González. *Violencia y transiciones políticas a finales del siglo XX*. Madri: Casa de Velázquez, 2009; PINTO, António Costa. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; RAIMUNDO, Filipa. *Ditadura e democracia. Legados da memória*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

oposição por parte dos principais partidos de direita. Na Grécia, cerca de um ano depois da queda da ditadura dos coronéis, tiveram início diversos julgamentos por traição e por envolvimento no golpe militar, que resultaram em sentenças de prisão preventiva e até de morte.³

Entretanto, existem outros casos em que a ruptura é menos evidente ou os compromissos entre a velha e a nova elite política são maiores. Na África do Sul, por exemplo, dois anos depois da primeira eleição multipartidária que colocou um ponto final no regime de *apartheid*, foi constituída uma comissão de verdade com vista à reconciliação nacional e à criação de um registro oficial sobre o regime deposto, pelo qual se evitou a punição.⁴ Na Espanha, a adoção de uma lei de anistia foi apresentada como consensual e necessária à esquerda e à direita para evitar o regresso ao clima da Guerra Civil de 1936-1939, tendo resultado na impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos durante o franquismo.⁵

O que a literatura sobre justiça de transição sugere é que as medidas adotadas imediatamente após o início da democratização estão habitualmente relacionadas com o equilíbrio de poderes e o contexto político, e não tanto com a posição ideológica dos atores.⁶ Os constrangimentos associados àquela conjuntura crítica tendem, assim, a pesar mais do que a posição ideológica dos atores políticos envolvidos no processo decisório.

Contudo, fora desses contextos de exceção, depois de consolidada a democracia, é frequente emergirem novos debates e uma revisão das narrativas sobre o passado. É nesse contexto que a ideologia

3. SOTIROPOULOS, Dimitri. O passado autoritário e a democracia grega contemporânea. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

4. HOLLANDA, Cristina Buarque de; BOITEUX, Luciana; BERNER, Vanessa O. B. Justiça de transição e direitos humanos na América Latina e na África do Sul. *Revista OABRJ*, v. 25, n. 29, p. 55-75, 2010.

5. AGUILAR, Paloma. *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*, Madrid: Alianza, 1996; HUMLEBAEK, Carsten. Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

6. HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991; ELSTER, Jon. *Closing the books. Transitional Justice in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

poderá desempenhar um papel explicativo mais importante. Na Espanha, por exemplo, o maior partido de centro-esquerda, responsável até 1996 pela manutenção da “política de esquecimento”, lançou um forte debate sobre a memória histórica pouco depois de vencer as eleições legislativas de 2004. Na Polônia, a direita conservadora apostou em 2005 numa campanha a favor de uma intensificação das medidas contra os cidadãos que alegadamente colaboraram com o regime comunista⁷, desafiando a moderada política de ajuste de contas que havia sido efetivada até então.

O nosso argumento é o de que a distância temporal ante os pactos das transições e os constrangimentos políticos das mudanças de regime reforçam o papel explicativo da ideologia relativamente ao posicionamento dos partidos e dos cidadãos em face do passado e da justiça de transição. A nossa expectativa é que em democracias pós-autoritárias consolidadas exista uma relação entre as preferências dos indivíduos em matéria de justiça de transição e sua distância ideológica em face ao regime deposto, medida a partir do seu autopoicionamento na escala esquerda-direita e das suas preferências partidárias. Essa hipótese não foi ainda testada na literatura e será analisada neste capítulo de forma exploratória.

Para analisar a relação entre a ideologia/preferências partidárias e, por um lado, as atitudes perante o passado e, por outro lado, a justiça de transição, é necessário recorrer a estudos de opinião. Nessa área de pesquisa, esse tipo de estudo é ainda escasso e muitos deles centram-se na avaliação que os indivíduos fazem do desempenho de mecanismos adotados e no impacto que eles poderão ter tido sobre o bem-estar e o clima emocional.⁸ Com-

7. RAIMUNDO, Filipa. Dealing with the past in Central and Southern European democracies: comparing Spain and Poland. In: MINK, Georges; NEUMAYER, Laure. *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe*. London: Palgrave Macmillan 2013.

8. DAVID, Roman; CHOI, Susanne. Victims on Transitional Justice: Lessons from the Reparation of Human Rights Abuses in the Czech Republic. *Human Rights Quarterly*, v. 27, n. 2, p. 392-435, 2005. doi: 10.1353/hrq.2005.0016; BROUNÉUS, Karen. The trauma of truth telling effects of witnessing in the Rwandan Gacaca courts on psychological health. *Journal of Conflict Resolution*, v. 54, n. 3, p. 408-437, 2010. doi: <https://doi.org/10.1177/0022002709360322>; BACKER, David. Watching a bargain unravel? A panel study of victims' attitudes about transitional justice in Cape Town, South Africa. *The International Journal of Transitional Justice*, v. 4, p. 443-456, 2010. doi: <https://doi.org/10.1093/ijtj/ijq015>; CÁRDENAS, Manuel; PÁEZ, Darío; RIMÉ, Bernard; ARNOSO, Maitane. How Transitional Justice Processes and Official Apologies Influence Reconciliation: the

preender em que medida as atitudes dos cidadãos em face da justiça de transição e do passado autoritário estão relacionadas com sua ideologia e com a identificação partidária pode dizer-nos algo sobre a importância do passado na competição política presente. Em última análise, o posicionamento dos partidos relativamente ao passado autoritário ou ao conflito interno pode emergir como um fator explicativo do voto.

Se considerarmos a justiça de transição como um processo político, tendo em vista que é por meio do campo da política que as novas normas e percepções sobre o passado autoritário serão institucionalizadas⁹, podemos dizer que os partidos políticos, enquanto organismos de representação, têm um papel fundamental no modo como os cidadãos encaram as medidas punitivas contra os crimes cometidos durante a ditadura e se posicionam em relação a elas. Podemos crer ainda que esses atores políticos tentam moldar o processo de justiça de transição em seus mecanismos e resultados, de forma que este lhes seja favorável e reflita suas preferências ideológicas.¹⁰ Nesse sentido, em um sistema político ideal, no qual os partidos políticos desempenham funções de agregação e articulação de interesses, bem como de representação, divisões ideológicas claras entre os partidos sobre esse tema certamente são acompanhadas por diferenças de posicionamento entre os cidadãos, a depender da preferência partidária manifestada por eles.

Os países que analisamos neste capítulo – Brasil, Chile e Espanha – caracterizam-se por serem casos de transições negociadas à democracia. Isso

case of the Chilean “Truth and Reconciliation” and “Political Imprisonment and Torture” Commissions. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 25, n. 6, p. 515-530, 2015. doi: <https://doi.org/10.1002/casp.2231>; ARNOSO MARTINEZ, Maitane; CASTRO, Manuel Cárdenas; ROVIRA, Darío Páez. Justicia Transicional y predictores del perdón político en Chile. *Revista Latinoamericana de Derechos Humanos*, v. 26, n. 1, 2015. doi: <https://doi.org/10.15359/rldh.26-1.4>; NUSSIO, Enzo; RETTBERG, Angelika; UGARRIZA, Juan E. Victims, Nonvictims and their opinions on transitional justice: findings from the Colombian case. *International Journal of Transitional Justice*, v. 9, n. 2, p. 336-354, 2015. doi: <https://doi.org/10.1093/ijtj/ijv006>; ESPINOSA, Agustín *et al.* Between Remembering and Forgetting the years of political violence: psychosocial impact of the Truth and Reconciliation Commission in Peru. *Political Psychology*, v. 38, n. 5, p. 849-866, 2016. doi: <https://doi.org/10.1111/pops.12364>.

9. RUBLI, Sandra. (Re)making the Social World: The Politics of Transitional Justice in Burundi. *Africa Spectrum*, v. 48, n. 1, p. 3-24, 2013. Disponível em: <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/view/597/595>. Acesso em: 20 jul. 2018.

10. RUBLI, (Re)making the Social World...

significa que, durante o período de mudança de regime, tais países assumiram alguma espécie de compromisso com a elite anterior, no sentido de não adotar medidas punitivas. Por esse motivo, o posicionamento contra a via punitiva e também a favor da impunidade foi legitimado pelos pactos da transição.

Assim, esperamos que os indivíduos que se dizem próximos de partidos mais à direita do espectro ideológico – por isso mais próximos do regime anterior – sejam, de certa forma, contrários às medidas de justiça de transição. Por outro lado, os indivíduos que se dizem próximos de partidos mais à esquerda – que, em muitos casos, fizeram oposição ao regime autoritário deposto – deverão apresentar ideias mais progressistas e de apoio à punição de crimes cometidos durante a ditadura.

Esse cenário em que as ideologias estão claramente definidas por partidos e cidadãos depende de uma série de fatores, os quais as novas democracias demoram a alcançar. Entre eles está a necessidade de uma democracia consolidada, na qual o sistema partidário seja o mais estável possível, isto é, institucionalizado. A institucionalização do sistema de partidos é um processo que requer tempo, pois não ocorre da noite para o dia. Infelizmente, tempo é um fator escasso nos processos de transição para a democracia, os quais passam comumente pela urgência de queimar etapas, o que conspira contra a ideia de institucionalização.¹¹

Quanto menos institucionalizado e mais fragmentado for o sistema partidário de um país, maior será a tendência de que não haja um vínculo estável entre eleitores e partidos, o que aponta para relações menos programáticas e mais clientelistas e/ou personalistas, nas quais a ideologia e o passado dos partidos têm menor importância na escolha partidária do cidadão.¹²

11. ALCÁNTARA-SÁEZ, Manuel; FREINDENBERG, Flavia. Los Partidos Políticos en América Latina. *América Latina Hoy*, v. 27, p. 17-35, 2001. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2728/2766>. Acesso em: 20 jul. 2018.

12. CHEESEMAM, Nic; LUNA, Juan Pablo; KITSCHOLT, Herbert *et al.* *Politics Meets Policies: The Emergence of Programmatic Political Parties Politics*. Stockholm: International IDEA, 2014; MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Party System Institutionalization and Party System Theory After the Third Wave of Democratization. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.). *Handbook of Party Politics*. UK: SAGE Publications, 2006. p. 204-227.

Portanto, ao analisarmos se a identificação partidária converge com as atitudes dos cidadãos ante as medidas de justiça de transição, devemos considerar que a institucionalização do sistema partidário pode funcionar como uma variável mediadora nessa relação.

Em suma, neste capítulo pretendemos averiguar em que medida as preferências dos cidadãos relativamente à decisão de punir ou não os responsáveis políticos de um regime autoritário deposto e sua posição com relação a esse regime estão relacionadas com sua identificação partidária. A nossa hipótese principal é que, em democracias pós-autoritárias, os cidadãos que se identificam com um partido político mais à esquerda do espectro ideológico tenham opiniões mais severas com relação ao passado autoritário e apoiem medidas punitivas de justiça de transição, enquanto é esperado que cidadãos que preferem um partido mais à direita tenham visões mais positivas sobre o passado e apoiem menos a punição. Considerando o número de casos nas variáveis selecionadas e tendo em conta as diferenças existentes entre os questionários aplicados nos três países, optamos por apresentar apenas os resultados do cruzamento das variáveis de interesse.

Na próxima seção, abordaremos a literatura sobre atitudes perante a justiça de transição e atitudes perante o passado, procurando sumarizar seus principais resultados. Em seguida, apresentaremos os casos escolhidos e os dados analisados neste capítulo. Posteriormente, examinamos os três casos de forma individual e apresentamos no final as conclusões que são possíveis de extrair da sua comparação. O capítulo termina com ideias para uma pesquisa futura.

A politização do passado e da justiça de transição?

O tema das atitudes dos cidadãos perante o passado (autoritário) não tem sido alvo de muitos estudos e, na maior parte dos casos, estes não se centram na relação entre as atitudes perante o regime autoritário anterior e a ideologia. Os primeiros estudos surgiram nas décadas de 80 e 90 do século XX, centrados em jovens democracias, como era o caso dos países da Europa do Sul, onde a presença de atitudes positivas perante o passado foi

inicialmente interpretada como um possível indicador de valores autoritários.¹³ Contudo, essa hipótese foi abandonada em benefício da ideia de que aquelas atitudes expressam, na verdade, posições ambíguas¹⁴ e que, considerando fatores como a idade, o período e a coorte, é possível concluir que a socialização e os anos de exposição àqueles regimes importam para explicar as atitudes perante o passado em democracias antecederas por regimes ditatoriais.¹⁵ Alguns estudos recentes mostram que, para além daqueles fatores, a identificação com partidos à esquerda e à direita do espectro político é, em muitos casos, um fator importante para explicar a avaliação que os indivíduos fazem dos regimes ditatoriais que precedem as democracias¹⁶, ainda que sejam no geral estudos de caso centrados num único país.

Por seu lado, os estudos sobre atitudes perante a justiça de transição são muito recentes, remontando ao início do século XXI, com especial ênfase nos casos da África do Sul, Serra Leoa e Ruanda.¹⁷ Entre os estudos existentes, poucos analisam a relação entre as preferências dos cidadãos nessa matéria e seu posicionamento ideológico e sua identificação partidária.

13. MORLINO, Leonardo; MATTEI, F. Old and new authoritarianism in Southern Europe. In: LARSEN, S. U. (Org). *Modern Europe After Fascism*. Nova York: Columbia University Press, 1998. v. 2.

14. MORLINO; MATTEI, *Old and new authoritarianism in Southern Europe...*

15. EKMAN, Joakim; LINDE, Jonas. Communist nostalgia and the consolidation of democracy in Central and Eastern Europe. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, v. 25, n. 3, p. 354-374, 2005; POP-ELECHES, G.; TUCKER, Joshua. *Communism's Shadow: Historical Legacies and Contemporary Political Attitudes*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2017.

16. HUNEEUS, Carlos. *Chile, un país dividido: la actualidad del pasado*. Santiago: Catalonia, 2003; POWER, Timothy. *The Political Right in Post-Authoritarian Brazil: Elites, Institutions and Democratization*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2000; SANTANA-PEREIRA, José; RAIMUNDO, Filipa; PINTO, António Costa. An ever-shadowed past? Citizens' attitudes towards the dictatorial regime in twenty-first century Portugal. *South European Society and Politics*, v. 21, n. 2, p. 197-210, 2016. doi: 10.1080/13608746.2015.1128667.

17. GIBSON, James; GOWS, A. Truth and reconciliation in South Africa: attribution of blame and the struggle over apartheid. *The American Political Science Review*, v. 93, n. 3, p. 501-517, 1999. doi: 10.2307/2585571; GIBSON, James. Does Truth Lead to Reconciliation? Testing the Causal Assumptions of the South African Truth and Reconciliation Process. *American Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 201-217, 2004. doi: 10.1111/j.0092-5853.2004.00065.x; LONGMAN, T.; PHAM, P.; WEINSTEIN, H. Connecting justice to human experience: attitudes toward accountability and reconciliation in Rwanda. In: STOVER, E.; WEINSTEIN, H. (Eds.). *My Neighbor, My Enemy: justice and community in the aftermath of mass atrocity*. New York: Cambridge University Press, 2004; SAWER, Edward; KELSALL, Tim. Truth versus Justice? Popular Views on the Truth and Reconciliation Commission and the Special Court for Sierra Leone. *The Online Journal of Peace and Conflict Resolution*, v. 7, p. 36-68, 2007.

As conclusões a que esses estudos chegam apontam em sentidos distintos, ora sugerindo a existência de uma forte politização do tema, ora apontando para o reduzido poder explicativo daquele tipo de variáveis e salientando a importância de outros fatores.

Analisando as atitudes perante a justiça de transição no Zimbábue, Bratton¹⁸ questiona o que leva os cidadãos a apoiarem medidas punitivas em contextos pós-conflito, tendo em vista os desafios que o ajuste de contas representa para a manutenção da paz. Para tal, o autor construiu um índice de apoio à justiça punitiva, usando diversas questões de um *survey* representativo da população: “é importante revelar a verdade para seguir em frente”, “todas as pessoas responsáveis pela repressão devem ser responsabilizadas”, “revelar a verdade não é suficiente”. Os resultados indicam que, apesar de a exposição à violência aumentar a probabilidade de apoio dessas medidas, contrariando os resultados de outros estudos¹⁹, “a política também conta”, visto que

Onde os cidadãos estão profundamente divididos em campos polarizados, e onde um conjunto de militantes partidários associado ao poder do Estado é responsável pela maioria das atrocidades, as preferências das massas estão profundamente moldadas pela aproximação a um partido político. Os militantes da oposição democrática são firmes em apelar a processos legais, enquanto os indivíduos que são próximos de um anterior partido de poder apresentam fortes resistências.²⁰

De forma semelhante, num estudo sobre o caso espanhol, Aguilar, Balcells e Cebolla-Boado²¹ construíram um índice para medir o apoio dos cida-

18. BRATON, Michael. Violence, partisanship and transitional justice in Zimbabwe. *Journal of Modern African Studies*, v. 49, n. 3, p. 353-380, 2011.

19. ARNOSO MARTINEZ; CASTRO; ROVIRA, *Justicia Transicional y predictors del perdón político en Chile...*; NUSSIO; RETTBERG; UGARRIZA, *Victims, Nonvictims and their opinions on transitional justice: findings from the Colombian case...*

20. BRATON, *Violence, partisanship and transitional justice in Zimbabwe...*, p. 354.

21. AGUILAR, Paloma; BALCELLS, Laia; CEBOLLA-BOADO, Héctor. Determinants of Attitudes Toward Transitional Justice: An empirical analysis of the Spanish Case. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 10, p. 1397-1430, 2011. doi: <https://doi.org/10.1177/0010414011407468>.

dãos espanhóis à justiça de transição, adotando uma visão holística desta, isto é, considerando-a como um conjunto de mecanismos para lidar com o passado. O índice construído pelos autores é composto por três variáveis: apoio à criação de uma comissão de verdade, apoio ao julgamento dos responsáveis pela repressão e apoio à eliminação dos símbolos do regime franquista.

Baseando-se nos resultados de uma regressão logística em que foram usados os dados de um *survey* representativo da população em geral, os autores concluem que

Os indivíduos que têm maior probabilidade de apoiar estas medidas são aqueles que se sentem mais próximos da esquerda, os mais jovens e menos religiosos, mas também os indivíduos cujas famílias estiveram do lado dos Republicanos durante a Guerra Civil e/ou foram vitimizados durante a ditadura.²²

Esses resultados demonstram a importância da ideologia como fator explicativo das atitudes perante a justiça de transição, apesar de outros estudos sugerirem que existem por vezes fatores que se sobrepõem, como as percepções relativamente à justiça procedimental²³ ou fatores étnicos e religiosos.²⁴

Os casos e os dados

Neste capítulo, analisamos as atitudes dos cidadãos perante o passado autoritário e a justiça de transição exclusivamente em democracias que nasceram de pactos com a elite anterior. Essa decisão decorre da demonstração na literatura de que a forma como o regime anterior termina e a

22. AGUILAR; BALCELLS; CEBOLLA-BOADO, *Determinants of Attitudes Toward Transitional Justice...*, p. 1.420.

23. NALEPA, Monika. Tolerating mistakes: How do popular perceptions of procedural fairness affect demand for transitional justice? *Journal of Conflict Resolution*, v. 56, n. 3, p. 490-515, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1177/0022002712438343>.

24. SAMII, Cyrus. Who wants to forgive and forget? Transitional justice preferences in postwar Burundi. *Journal of Peace Research*, v. 50, n. 2, p. 219-233, 2013. doi: <https://doi.org/10.1177/0022343312463713>.

democratização se inicia tem um impacto sobre a justiça de transição, nomeadamente sobre a possibilidade de punição, pelo menos nos anos iniciais.²⁵ Foi o caso em dois dos três países que analisamos: na Espanha e no Brasil, a aprovação da lei de anistia antes e durante a transição impossibilitou a punição dos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura; no Chile, a punição foi inicialmente evitada, ainda que tenha sido implementada anos mais tarde.

A nossa hipótese principal é que em democracias precedidas de regimes autoritários de direita ou ditaduras militares, os cidadãos que se identificam com um partido político mais à esquerda do espectro ideológico têm opiniões mais severas com relação ao passado autoritário e apoiam medidas de justiça de transição, enquanto cidadãos que preferem um partido mais à direita se opõem a essas medidas de punição. Consideramos, contudo, que essa relação pode ser mais evidente nos casos em que os partidos herdeiros do regime anterior e os partidos de oposição tenham maior continuidade na democracia. Loxton²⁶ mostra que a persistência desse tipo de partido é uma característica comum à maioria das democracias pós-autoritárias, distinguindo-os em dois grandes tipos: os ex-decisores e os recém-criados. Os ex-decisores são os partidos únicos ou satélites dos regimes autoritários depositos; os recém-criados são novos partidos constituídos majoritariamente por velhas elites autoritárias.

Para analisar essa questão, utilizamos dados de opinião pública recolhidos nos três países em momentos-chave. Para o caso do Brasil, utilizamos dados recolhidos pelo Datafolha em 2014 (n=2.614), ano em que a Comissão Nacional de Verdade publicou seu relatório final, 29 anos após a transição para a democracia. Este foi também o ano em que se completaram 50 anos desde a implantação do regime militar no Brasil. Nesse caso, analisamos a

25. OLSEN, Tricia D.; LEIGH, A. Payne; REITER, Andrew G. The justice balance: When transitional justice improves human rights and democracy. *Human Rights Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 980-1007, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40930342>. Acesso em: 20 jul. 2018.

26. LOXTON, James. *Authoritarian successor parties worldwide: a framework for analysis*. Working paper 411. Kellogg Institute for International Studies. University of Notre Dame Press, 2016.

distribuição de três opiniões em relação à ditadura: punição, Lei da Anistia e legado do regime. Um dado importante para a interpretação dos resultados apresentados é que 44% dos entrevistados que responderam às questões utilizadas na análise (n=1.156) afirmaram não se identificar com nenhum partido, o que é uma ilustração do fraco nível de identificação partidária no país.

Para o caso do Chile, utilizamos, em um primeiro momento, os dados recolhidos pelo *Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea* (CERC) em 1998 (n=1.200), oito anos após o processo de transição. Utilizamos também o inquérito realizado pelo CERC em 2013.²⁷ No ano de 1998, verificamos a posição dos indivíduos acerca da punição (acusação constitucional) e do governo do ex-ditador Augusto Pinochet. Nesse ano, apenas 7% (n=83) dos respondentes disseram preferir um partido político. Já 76% (n=913) dos entrevistados se posicionaram na escala esquerda/ direita. Já para o ano de 2013 (n=1.200), apenas dados sobre o governo militar foram utilizados. Nesse inquérito, 843 entrevistados se posicionam na escala ideológica e 135 manifestam preferência por um partido. Isso revela, por um lado, que existe, à semelhança do Brasil, fraca identificação partidária entre os chilenos e, por outro lado, que os indivíduos não parecem sentir dificuldade em se posicionar na escala esquerda-direita.

Já para o caso da Espanha, utilizamos dados recolhidos pelo *Centro de Investigaciones Sociológicas* (CIS) em 2008 (n=2.936), ano em que o governo de centro-esquerda aprovou a chamada “Lei da Memória Histórica”.²⁸ Este foi também o ano em que se completaram 30 anos da aprovação da Constituição, que constitui o marco mais importante na conclusão do processo de democratização espanhola. Nesse inquérito, cerca de 60% dos entrevistados demonstraram ter preferência partidária (n=1.777) e, aproximadamente, 82% (n=2.435) se posicionaram na escala ideológica. No caso espanhol,

27. Utilizamos prioritariamente dados do inquérito realizado em 1998, porque no inquérito realizado em 2013 não houve muitas perguntas sobre opiniões acerca do regime militar. As estatísticas descritivas do ano de 1998 são importantes para mostrar o panorama da relação entre opinião pública sobre justiça de transição e identificação partidária poucos anos depois da redemocratização, o que está em falta na literatura existente.

28. AGUILAR; BALCELLS; CEBOLLA-BOADO, *Determinants of Attitudes Toward Transitional Justice...*, p. 1.401.

analisamos a opinião dos cidadãos em relação à punição e ao passado franquista.

Nos inquéritos dos três países foram feitas perguntas relativas à questão da justiça de transição, na sua dimensão punitiva. No caso do Brasil e da Espanha, perguntou-se a opinião dos indivíduos sobre algo que não foi implementado no país devido às leis de anistia, ao contrário do caso do Chile, onde houve julgamentos e punição. Tendo em vista as exclusões que foram feitas dos entrevistados que não demonstraram identificação partidária ou ideológica, as amostras finais dos três países não são representativas da população em geral. No entanto, por se tratar de um estudo exploratório que não almeja fazer análises estatísticas complexas, a descrição dos dados e da relação entre atitudes perante medidas de justiça de transição e identificação partidária é de grande valor para encorajar estudos futuros mais aprofundados sobre o tema.

Na seção seguinte, apresentaremos brevemente os contextos políticos nos períodos pré e pós-ditadura. A partir dos inquéritos à opinião pública, veremos como se distribuem os indivíduos em cada um dos países em relação à sua preferência partidária e ao posicionamento ante o regime autoritário e as medidas de justiça de transição. Primeiramente, veremos o caso brasileiro, seguido dos casos do Chile e da Espanha.

O caso brasileiro

A ditadura militar no Brasil teve início em 1964 com o golpe militar que depôs o então presidente João Goulart. Foi marcada pela censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime. Em 1985, teve fim o período ditatorial com a eleição indireta de Tancredo Neves para presidente da República pelo Colégio Eleitoral, formado por deputados federais, senadores e delegados de cada Assembleia Legislativa dos estados.

No entanto, o início da redemocratização do Brasil após mais de duas décadas de ditadura militar não significou o rompimento com o regime anterior. A transição política foi realizada sob compromisso, e vários atores políticos do período autoritário continuaram atuantes durante o governo

democrático. Até mesmo figuras civis importantes na ditadura, depois de certo momento, não resistiram à mudança de regime e colaram suas imagens à popularidade da oposição, a fim de permanecer em suas posições de poder e de ter influência no novo governo.²⁹

Na verdade, a ditadura militar no Brasil não foi de fato derrotada ou derubada por movimentos revolucionários de caráter popular, o que pode explicar “por que a democracia expandiu-se mais como forma do que como substância”.³⁰

O processo de abertura política foi controlado com sucesso pelos militares durante o seu governo, graças à prosperidade econômica³¹ vivida pelo país na época e ao significativo apoio civil ao regime, obtido pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), como partido coeso de apoio ao regime militar. A aceitação e, mais que isso, a administração do fim da ditadura pelos militares deram-lhes várias prerrogativas, entre elas a promulgação, em 1979, da Lei da Anistia, que favorecia os militares e os responsáveis pelas práticas de tortura.

Assim, a transição foi negociada e ocorreu sem grande participação popular e sem uma grande abertura para a competição política. Com a consolidação da democracia, foram encetadas várias tentativas de anular a Lei da Anistia, encabeçadas por promotores dos Direitos Humanos, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por alguns partidos políticos, entretanto, tais tentativas não tiveram êxito.

A única medida que visou retirar lições do passado autoritário foi a Comissão Nacional da Verdade, fundada em 2011, no primeiro mandato da

29. HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott. Democracy in Brazil: Origins, Problems, Prospects. *Kellogg Institute, working paper n. 100*, p. 1-33, 1987. Disponível em: https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/100_o.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

30. GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília M. dos; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). *Represão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 18.

31. Esse período vivido durante o governo militar ficou conhecido como “milagre econômico”. Entre 1968 e o início da década de 1980, a taxa do crescimento brasileiro teve uma média de 9% ao ano, uma das maiores do mundo. Ver mais em: Hagopian; Mainwaring, *Democracy in Brazil...*

então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, essa comissão, cujo relatório final foi apresentado em 2014, não teve como objetivo a punição dos agentes da ditadura, mas, sim, investigar as violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

O bipartidarismo, criado com o Ato Institucional n. 2, logo no início da ditadura militar, formalmente deu lugar ao pluripartidarismo a partir de 1979, com a promulgação da nova lei orgânica dos partidos, que reduziu as exigências para a criação de partidos políticos no Brasil. Apesar disso, o processo gradual de liberalização política não fomentou uma nova e real competição partidária, tendo em vista que os principais competidores nas eleições indiretas de 1985 eram novas siglas partidárias que aglomeravam os mesmos atores políticos – apoiadores e opositores – do regime ditatorial. A Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que aglutinava os opositores do regime, transformaram-se em Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), respectivamente.

Nas eleições indiretas de 1985, Tancredo Neves venceu pelo PMDB, com o apoio de dissidentes do PDS, os quais, mais tarde, formariam o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM). A vitória de Tancredo sobre Maluf (candidato do PDS) se deveu, principalmente, ao apoio por ele recebido dos oficiais militares que deixaram o PDS em troca de várias concessões que envolviam altos postos de poder nos órgãos governamentais e significativa representação nos ministérios. Entre essas concessões estava a nomeação de José Sarney – ex-presidente do PDS e apoiador do regime militar – como vice-presidente. Foi por meio desses privilégios que o PFL obteve a base de atuação para influenciar nas políticas do novo governo.

O rompimento com as forças que sustentaram o regime militar nunca ocorreu por completo; mais de três décadas após o início da redemocratização do Brasil, essas forças continuam vivas na esfera política atual. O PDS, primeiro herdeiro da Arena após o fim da ditadura, deixou de existir em 1993, no entanto, após várias mudanças de siglas, tornou-se hoje o Partido

Progressista (PP). Conhecido como “filho da ditadura militar”³², atualmente, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PP é quarto partido político no Brasil em número de filiados (1.439.994), estando atrás apenas de MDB, PT e PSDB. Sua liderança política mais conhecida é Paulo Maluf, que durante o regime militar foi filiado à Arena, chegando a disputar as eleições indiretas de 1985 como oponente de Tancredo Neves. Maluf, até agosto de 2018, tinha o seu terceiro mandato consecutivo como deputado federal³³, tendo sido governador do estado de São Paulo e prefeito da capital paulista durante o regime militar. Como consequência de sua herança partidária, o PP está à direita do espectro ideológico³⁴, sendo dominado por forças tradicionais e conservadoras.

Na mesma linha ideológica direitista está hoje o partido Democratas (DEM), antigo PFL, formado por um grupo de dissidentes do PDS, que, conforme mencionado, foi fundamental para a vitória de Tancredo Neves e José Sarney nas eleições de 1985. A aproximação com as lideranças do MDB foi possível porque o grupo da Frente Liberal percebeu o esgotamento do regime militar, evidenciado, principalmente, pelo movimento Diretas Já, que reivindicava a volta das eleições presidenciais diretas. Esse grupo, devido a cisões intrapartidárias, não apoiava o nome de Paulo Maluf como candidato do PDS nas eleições via colégio eleitoral. Outra razão, talvez pouco óbvia, é que os políticos da Frente Liberal perceberam que o fim inevitável do regime militar os afastaria dos seus postos de poder e prejudicaria sua influência no governo, de modo que a alternativa a isso era aliar-se às forças que formariam o governo democrático. Hoje, segundo o TSE, o DEM ocupa o sétimo lugar em número de filiados (1.095.371) e o oitavo lugar em

32. BENITES, A. Partido Progressista, o “filho” da ditadura que coleciona escândalos. *El País*, 8 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/07/politica/1425756874_200149.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

33. Paulo Maluf foi condenado por lavagem de dinheiro pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2017, por isso está preso. Seu mandato de deputado federal foi cassado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em votação realizada no dia 22 de agosto de 2018.

34. POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review*, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

número de prefeituras conquistadas nas eleições municipais de 2016 (265). É ainda membro da Internacional Democrata Centrista juntamente com outros partidos de centro-direita ao redor do mundo.

Ainda que PP e DEM sejam partidos políticos que carregam hoje o legado do passado autoritário brasileiro e canalizam as forças políticas conservadoras acusadas de preservar o poder oligárquico, ao que parece essa característica direitista pode não se manifestar com fidelidade em suas bases eleitorais. Estudo realizado por Balbachevsky³⁵, ainda quando o PP e o DEM eram PDS e PFL, respectivamente, mostra que as bases eleitorais desses partidos se caracterizavam por uma heterogeneidade de opiniões com relação à democracia. Segundo a autora, o recrutamento das bases eleitorais desses partidos não foi feito em função de um discurso antidemocrático, e o apoio a eles tem caráter pragmático. “Ainda que esse perfil de eleitor [com opiniões antidemocráticas] possa ser encontrado entre aqueles que se identificam com estes partidos, o perfil oposto também é igualmente possível”.³⁶

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é o partido que hoje traz consigo a herança de ter sido oposição ao governo militar. Desde a redemocratização, o atual MDB, que durante a ditadura atendia pela mesma sigla, ficou conhecido como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi apenas recentemente que o PMDB voltou a se chamar MDB, despertando um retorno ao passado, na tentativa de amenizar a crise de imagem vivida nos últimos anos devido ao envolvimento de suas principais lideranças em escândalos de corrupção e à chegada conturbada ao Poder Executivo Federal em 2016. Segundo dados do TSE, embora o MDB lidere o *ranking* de partidos com maior número de filiados no Brasil (2.396.880), foi o partido que mais perdeu filiados em 2017; em 2016 o partido contava com 2.401.802 integrantes registrados no TSE. O MDB também lidera o *ranking* de partidos com maior número de prefeituras: nas últimas eleições municipais, elegeu 1.028 prefeitos.

35. BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova*, v. 26, p. 133-165, 1992. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200005>.

36. BALBACHEVSKY, *Identidade partidária e instituições políticas no Brasil...*, p. 160.

Em termos ideológicos, não obstante a plataforma do MDB tenha se movido para a esquerda no final dos anos 1970³⁷, o partido passou nas últimas décadas, e principalmente após a aliança com a Frente Liberal a fim de garantir a vitória de Tancredo Neves, a aglomerar diferentes tendências e facções, o que contribuiu para diluir sua ideologia e seu programa político.

Segundo Balbachevsky³⁸, “os problemas da governabilidade e a necessidade de absorver setores dissidentes de outras forças políticas, democratas de última hora, convergiram no sentido de deslocar o eixo de aglutinação do PMDB, afastando-o da questão democrática”. Hoje o MDB é considerado um partido de centro³⁹, de modo que a ausência de uma identidade clara dificulta a formação de uma base eleitoral estável em termos ideológicos. Os eleitores que se diziam identificados com o MDB em 2002 estavam consideravelmente mais à direita do espectro ideológico do que em 2006.⁴⁰

A Figura 1, a seguir, mostra a opinião dos entrevistados que têm preferência partidária sobre a punição de pessoas que torturaram presos políticos durante a ditadura militar. Observa-se que as pessoas que se identificam com o PP, partido herdeiro da Arena, estão divididas quanto a essa questão: 50% são a favor e 50% são contra a punição.⁴¹ O mesmo acontece com os que preferem o PMDB⁴², partido que tem o legado de ter sido opositor da ditadura. Ao contrário das nossas expectativas, a maioria das pessoas que demonstra identificação com o DEM, último partido localizado à direita, é a favor da punição, enquanto a maioria dos que preferem o Partido Socialista Brasileiro (PSB), mais à esquerda, é contra a punição dos responsáveis pela tortura no regime militar.

37. HAGOPIAN; MAINWARING, *Democracy in Brazil...*

38. BALBACHEVSKY, *Identidade partidária e instituições políticas no Brasil...*, p. 61.

39. POWER; ZUCCO JR., *Estimating Ideology...*

40. VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762007000200005>.

41. Todavia, devemos tratar os dados do Partido Progressista (PP) com atenção, de modo que apenas duas pessoas se disseram identificadas com ele no total da amostra.

42. Em 2018, o partido voltou à sigla original: MDB.

À direita do espectro ideológico, os respondentes que preferem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas, são os únicos que atendem às expectativas da nossa hipótese, visto que sua maioria (75%) é contra a punição, demonstrando uma atitude conservadora com relação a essa medida de justiça de transição e condescendente com a prática de tortura empregada na ditadura militar.

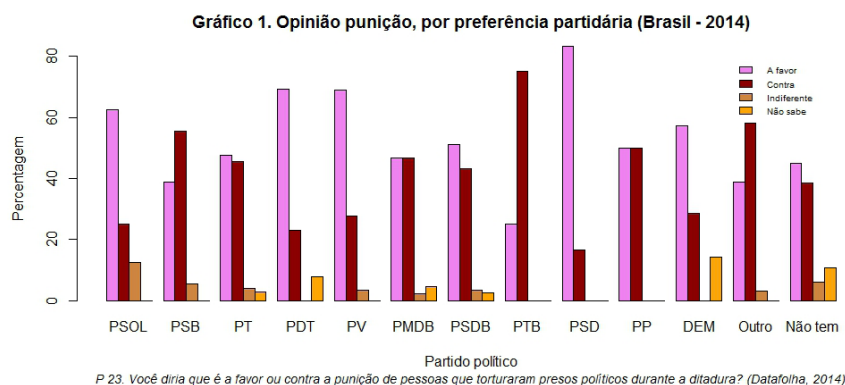


Figura 1 – Opinião sobre punição no Brasil, por preferência partidária

Fonte: As autoras (2018), com base em CESOP.⁴³

Nota: Os partidos estão dispostos segundo a divisão ideológica dos partidos brasileiros feita por Zucco⁴⁴ e Maciel, Alarcon e Gimenes.⁴⁵

43. A pergunta realizada no inquérito foi: “Você diria que é a favor ou contra a punição de pessoas que torturaram presos políticos durante a ditadura?” (CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (CESOP). *Avaliação da presidente Dilma/intenção de voto presidente/50 anos da ditadura militar. 2014*. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3549. Acesso em: 20 jul. 2018).

44. ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *Seminário Legislator Views of Brazilian Governance*. Oxford: Universidade de Oxford, 2009.

45. Da esquerda para a direita no espectro ideológico estão dispostos os seguintes partidos políticos: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Verde (PV), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Progressista (PP) e Democratas (DEM) (MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 3, p. 72-88, 2017. doi: 10.5380/revp.v8i3.54834).

Na Figura 2, na sequência, referente à opinião quanto à anulação ou não da Lei da Anistia, observamos que tanto para a esquerda quanto para a direita as posições dos entrevistados não estão em conformidade com a ideologia do partido que preferem. De um lado, contra as nossas expectativas, os indivíduos que se identificam com o PP dizem ser a favor da anulação da Lei da Anistia, o que permitiria o julgamento dos agentes da ditadura pelos crimes de tortura, desaparecimento, homicídios, entre outros. De outro lado, a maioria dos entrevistados que prefere o PSB e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), partidos à esquerda, é contra a anulação, mesma posição da maioria que prefere o MDB. Já os simpatizantes do DEM se mostram divididos quanto a essa questão: 42,9% a favor e 42,9% contra a anulação.

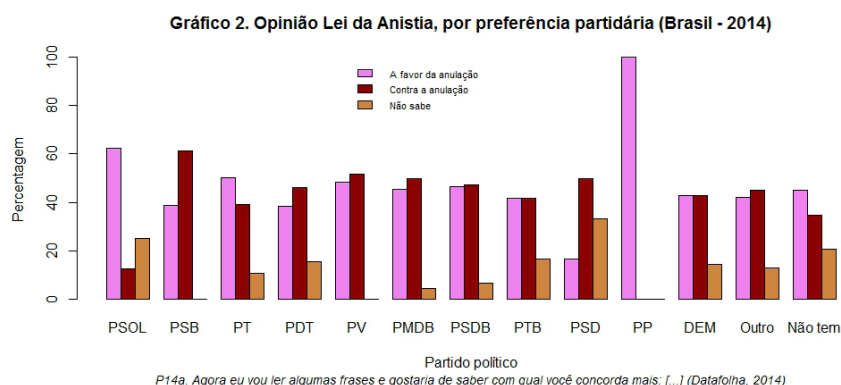


Figura 2 – Opinião sobre Anistia no Brasil, por preferência partidária

Fonte: As autoras (2018), com base em CESOP.⁴⁶

Nota: os partidos estão dispostos segundo a divisão ideológica dos partidos brasileiros feita por Zucco⁴⁷ e Maciel, Alarcon e Gimenes.⁴⁸

46. A pergunta realizada foi: "Em outros países da América Latina onde houve ditaduras militares na mesma época em que no Brasil, como Chile e Argentina, pessoas acusadas de tortura, assassinatos e sequestros foram julgadas muito tempo depois do fim do regime militar. No Brasil, a Lei da Anistia impede que pessoas que praticaram tortura, assassinato, sequestro e os que cometeram crimes na luta contra a ditadura sejam julgadas e presas. Você é a favor ou contra a anulação da Lei da Anistia?" (CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (CESOP), *Avaliação da presidente...*).

47. ZUCCO Jr., *Esquerda, direita e governo...*

48. MACIEL; ALARCON; GIMENES, *Partidos políticos e espectro ideológico...*

Na Figura 3, a seguir, acha-se a opinião dos entrevistados sobre o legado deixado pela ditadura militar no Brasil. É interessante notar que a maioria dos simpatizantes de todos os partidos acredita que o regime militar deixou mais realizações negativas do que positivas. Até mesmo a maioria das pessoas que disseram se identificar com os partidos herdeiros do período autoritário – PP e DEM – concordam que o regime teve mais feitos negativos. Mesmo entre os cidadãos menos politizados, se não considerarmos os que afirmam não saber responder a essa questão (que representam, muitas vezes, metade dos inquiridos), a visão negativa tende a superar a visão positiva e a indiferente, o que se mostra consistente com as conclusões a que chegaram estudos anteriores.⁴⁹

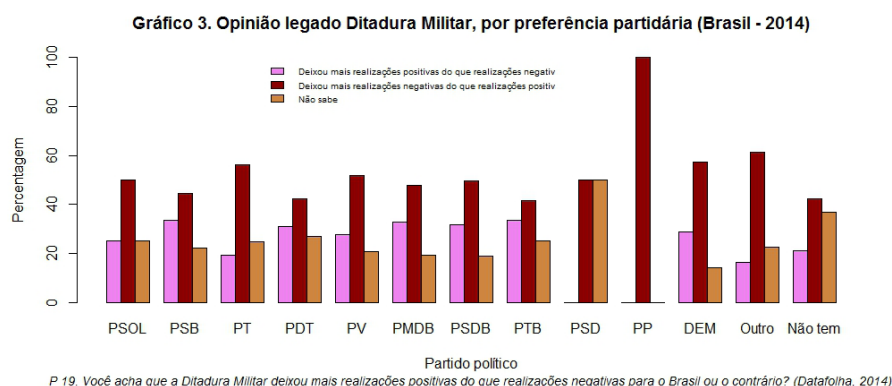


Figura 3 – Opinião sobre o legado da Ditadura Militar no Brasil, por preferência partidária (2014)

Fonte: As autoras (2018), com base em CESOP⁵⁰

Nota: os partidos estão dispostos segundo a divisão ideológica dos partidos brasileiros feita por Zucco⁵¹ e Maciel, Alarcon e Gimenes.⁵²

49. CERQUEIRA, Adriano S. L. da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Ed.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

50. A pergunta realizada foi: "Pelo que você sabe ou ouviu dizer, a Ditadura Militar que governou o país de 1964 a 1985 deixou mais realizações positivas do que realizações negativas para o Brasil ou deixou mais realizações negativas do que realizações positivas para o Brasil"? (CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (CESOP), *Avaliação da presidente...*).

51. ZUCCO Jr., *Esquerda, direita e governo...*

52. MACIEL; ALARCON; GIMENES, *Partidos políticos e espectro ideológico...*

Acreditamos que a não convergência entre identificação partidária e atitudes perante o regime autoritário, observada em muitos momentos nos gráficos do caso brasileiro, pode ser explicada pelos antecedentes históricos do sistema partidário no Brasil, bem como pela forma como este está organizado atualmente.

No decorrer da transição para a democracia, o Brasil vivia um cenário no qual os partidos antigos criados na época do regime autoritário coabitavam com os novos partidos criados a partir do próprio processo de transição. Durante a primeira metade da década de 1990, o Brasil tinha o maior índice de fragmentação partidária da América Latina, com uma média de 8,5 partidos políticos efetivos na arena legislativa.⁵³ Durante a década de 1990, esse número caiu para 7,3. No entanto, ainda era a maior taxa entre os 18 países da América Latina. Segundo dados para o ano de 2014, o Brasil tem uma média de 14 partidos efetivos, permanecendo o país com a maior taxa de fragmentação partidária no continente.⁵⁴

No Brasil, um exemplo claro de alta fragmentação partidária, o eleitorado tem dificuldade de diferenciar os partidos políticos, o que dificulta a formação de maiorias sólidas, claras e estáveis.⁵⁵ Nesse sentido, a relativa desconexão entre preferência partidária e atitudes perante as medidas de justiça de transição no Brasil pode ser vista como consequência de um sistema partidário altamente fragmentado e instável em nível nacional. Quanto mais alta for a fragmentação partidária num país, maior será a tendência de os partidos políticos se aproximarem no espectro ideológico e ofertarem políticas semelhantes, na tentativa de atrair o maior número de eleitores. Os partidos políticos deixam de ser vistos como representantes de um princípio ou uma ideia particular para serem agentes maximizadores de voto sem representar nenhuma ideologia própria.⁵⁶

53. ALCÁNTARA-SÁEZ; FREINDENBERG, *Los Partidos Políticos en América Latina...*

54. GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul (Eds.). *The Politics of Electoral Systems*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2008.

55. ALCÁNTARA-SÁEZ; FREINDENBERG, *Los Partidos Políticos en América Latina...*

56. DAALDER, H. Ivo. Parties: Denied, Dismissed, or Redundant? A Critique. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Eds.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University

Essa fluidez observada no Brasil prejudica a formação de um sistema partidário que seja claramente dividido com base em clivagens sociais e políticas. Logo, se a oferta – os partidos – não se organiza para representar interesses de um determinado grupo social, a demanda – os cidadãos eleitores – não tem clareza sobre qual partido representa o quê. Nesse sentido, a identificação partidária está menos ligada à representação pelo partido de identidades sociais e mais conectada a determinantes individuais, como opiniões favoráveis sobre as lideranças dos partidos.

Somado a isso, identificamos ainda o problema da mudança das siglas e das ramificações partidárias que ocorreram após a redemocratização no Brasil. Como apresentado nas páginas anteriores, a ARENA, partido governista durante a ditadura militar, é a origem de mais de dez partidos políticos formados durante e após o processo de transição. O Partido Progressista (PP) e os Democratas (DEM), atuais representantes da ARENA, existem apenas a partir de 2003 e 2007, respectivamente. O processo de ramificação partidária e de alteração das siglas certamente fez com que esses dois partidos se desvinculassem da herança do período autoritário, fazendo com que hoje os cidadãos raramente se lembrem da sua origem primária.

Como aponta Balbachevsky⁵⁷, “para se formar a identificação partidária faz-se necessária uma interação intensa entre a sigla partidária e as demandas que configuram o espaço de competição do sistema partidário”. Ao tempo que as mudanças de nome dos partidos originários da ARENA deram a eles sobrevida nas eleições após a ditadura militar, ajudando-os a se reposicionarem no espaço de competição partidária, também ajudaram esses partidos a se desconectarem do legado do regime autoritário, o que pode explicar por que eleitores identificados com esses partidos têm opiniões negativas sobre o governo militar.

Press, 2002.

57. BALBACHEVSKY, *Identidade partidária e instituições políticas no Brasil...*, p. 138.

O caso chileno

Entre 1973 e 1989, o Chile viveu uma ditadura militar altamente repressiva. Em 1973, o golpe militar, que derrubou o governo esquerdista da Unidade Popular, coalizão partidária liderada por Salvador Allende, presidente eleito democraticamente três anos antes, colocou no poder o então general das Forças Armadas Augusto Pinochet. O golpe deu início a um regime autoritário que, mais tarde, transformou-se em um estado dual, no qual a irracionalidade coercitiva – caracterizada por mortes, torturas, exílio, ausência de liberdade, fechamento do Congresso Nacional e destruição dos registros eleitorais – conviveu com a racionalidade econômica, que provocou profundas transformações não só econômicas, mas sociais e culturais.⁵⁸

Várias teorias tentam explicar o fracasso da democracia chilena e a emergência do período ditatorial. Podemos mencionar aqui as significativas debilidades institucionais do regime democrático, que tiveram como motor tanto fatores internos, como políticas promovidas pela Unidade Popular que desagradaram a vários setores da sociedade chilena⁵⁹, como fatores externos, caracterizados pelo interesse e a consequente intervenção dos Estados Unidos no desmantelamento do governo recentemente eleito. A forte tradição anticomunista que existia na época – tanto dentro do Chile quanto no exterior –, impulsionada pelo contexto da Guerra Fria, influenciou as elites chilenas e parte da população, o que agravou a fragilidade institucional. Além disso, a política enfatizou a confrontação ideológica, dividiu o país e debilitou as bases de cunho pluralista, o que contribuiu para o sucesso do golpe. Por fim, podemos citar também a difícil tarefa de consolidar a

58. HUNNEUS, *Chile, un país dividido...*

59. A principal política de Salvador Allende ao tomar o poder foi implementar a chamada “via chilena para o socialismo”, que consistia basicamente na criação de uma sociedade socializante, respeitando as leis e sem o emprego da força. Para isso, Allende tentou socializar a economia do Chile a partir de um projeto de reforma agrária e nacionalização das indústrias. Nesse período, o Estado chileno chegou a controlar 60% da economia do país, o que desagradou à oposição direitista, a grande parte da classe média chilena e à própria esquerda radical, que pregava a tomada do poder pelo uso da força, bem como a setores militares e aos Estados Unidos, visto que as nacionalizações e estatizações promovidas por Allende iam contra os interesses de grandes corporações americanas.

democracia num contexto marcado por recursos econômicos limitados e profundas desigualdades, como era o caso do Chile.

A ditadura chilena foi a única na América Latina na qual o ditador, Augusto Pinochet, foi simultaneamente comandante-chefe do Exército e chefe de Estado e Governo durante todo o regime. Pinochet não foi derrotado ou expulso do poder, visto que, assim como no Brasil, a democracia foi restaurada por meio de uma transição acordada (tácita e explícita), com negociações entre a elite do regime militar e os líderes da *Concertación*, coalização partidária – formada por partidos de centro, centro-esquerda e esquerda – contra a ditadura pinochetista.⁶⁰

A redemocratização do Chile ocorreu após a realização de dois referendos – um sobre a permanência de Pinochet no poder e outro sobre as reformas constitucionais democratizadoras – e com as eleições gerais de 1989, que teve como vitorioso o candidato da *Concertación*, Patricio Aylwin, que governou pelos quatro anos seguintes. Embora tenha sido uma transição pacífica, assim como tinha sido estipulado pela Constituição de 1980, o novo início do regime democrático trouxe consigo um conjunto de “leis de amarração” e “enclaves autoritários”⁶¹ provenientes das negociações entre as elites contra e pró-ditadura.⁶²

Esses “enclaves autoritários” herdados do regime militar consistiam em diversas políticas pensadas estrategicamente por Pinochet e setores do Exército com a finalidade de manter a independência corporativa das Forças Armadas, que tinha a intenção de ser um “Estado dentro do Estado” e de fazer

60. DOŠEK, Thomáš. Cambios y Continuidades en el Sistema de Partidos de Chile (1989-2015): Entre la Estabilidad y el Desencanto. In: FREIDENBERG, Flavia (Ed.). *Los Sistemas de Partidos en América Latina, 1978-2015: Cono Sur y Países Andinos* (Tomo 2). México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto Nacional Electoral, 2016.

61. Esses obstáculos institucionais autoritários apenas foram eliminados totalmente com a reforma constitucional de 2005 (DOŠEK, *Cambios y Continuidades en el Sistema de Partidos de Chile (1989-2015)*...).

62. GARRETÓN, Manuel Antonio. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova*, v. 27, p. 59-92, 1992. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000300004>; HUNEEUS, Carlos. La autodisolución de la “democracia protegida” en Chile: cambios institucionales y el fin del régimen del general Pinochet. *Revista de Ciencia Política*, v. 19, n. 1, p. 61-86, 1997. Disponível em: <https://repositorio.uc.cl/handle/11534/10875>. Acesso em: 20 jul. 2018; Došek, *Cambios y Continuidades en el Sistema de Partidos de Chile (1989-2015)*...

valer a influência política dos militares após a transição para a democracia.⁶³ Entre essas heranças autoritárias estavam políticas de redução do controle estatal sobre a economia, a lei orgânica constitucional que deu autonomia, entre outros órgãos, às Forças Armadas, e políticas que garantiam a presença dos apoiadores de Pinochet em cargos da administração pública, do Poder Judiciário, das reitorias das universidades e em postos de alto comando no Exército.

Assim como ocorreu no Brasil, grupos que apoiavam o regime militar no Chile, preocupados em permanecer ativos politicamente após a transição, aliaram-se com a *Concertación*, a fim de pactuar as reformas constitucionais que foram a plebiscito em 1989.⁶⁴

A fragilidade das bases sobre as quais foi feita a redemocratização culminou na instituição de uma democracia que não era plena, mas que, entretanto, assegurou o primeiro governo eleito após 16 anos de ditadura. Todavia, a redemocratização não significou a ausência na esfera política de forças que tinham sido ligadas à ditadura. Posteriormente a 1989, a estrutura política chilena se organizou em torno de duas coalizões que se mantiveram no tempo: a primeira, a Concertação de Partidos pela Democracia, reunia o Partido Demócrata Cristão (PDC) e outros partidos que apoiaram a eleição de Allende antes da ditadura, com exceção do Partido Comunista (PC); a segunda coalizão, conhecida como Aliança pelo Chile⁶⁵, reuniu os principais partidos de direita do país, que apoiavam a ditadura: Renovação Nacional (RN) e União Democrática Independente (UDI).

Antes de se aliar à oposição política ao regime ditatorial, a RN, grupo dissidente da ala continuísta do regime militar, apoiou firmemente a permanência de Pinochet no poder no plebiscito de 1988.⁶⁶ Foi a transição nego-

63. GARRETÓN, *A redemocratização no Chile...*

64. GARRETÓN, *A redemocratização no Chile...*

65. Esse é o nome mais conhecido da aliança entre RN e UDI. No entanto, hoje essa coalizão – que também abarca outros partidos inclinados à direita – atende pelo nome de *Chile Vamos*. Antes disso, essa aliança teve outros nomes: Democracia e Progresso, União pelo Progresso do Chile e Coalizão pela Mudança.

66. GAMBOA, Ricardo; LÓPEZ, Miguel; BAEZA, Jaime. La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009: de la polarización al consenso. *Revista de Ciencia Política*, v. 33, n. 2, p. 443-467, 2013. doi: <http://>

ciada, refletida nos acordos para as reformas constitucionais de 1989 e nos novos pactos parlamentares, que fortaleceu a RN no período pós-ditadura, tornando-a um partido que tem até hoje um espaço significativo no interior da direita chilena. Atualmente, a RN tem um papel central no contexto político chileno: ocupa a Presidência do país desde 2017 com a vitória – pela segunda vez desde a redemocratização – de Sebastián Piñera; ademais, foi o partido mais votado nas últimas eleições legislativas, obtendo 17,8% dos votos, o que assegurou 36 cadeiras na Câmara dos Deputados para o partido.

A União Democrática Independente (UDI) compõe, juntamente com a Renovação Nacional, o principal polo político direitista do Chile. A UDI surgiu durante a década de 1960, originada em um grupo formado na Universidade Católica sob a liderança de Jaime Guzmán, que viria a ser um personagem de destaque na política do regime militar. A ativa participação dos militares da UDI no governo de Pinochet fez com que esse partido se tornasse conhecido como o “herdeiro do autoritarismo”⁶⁷, sendo-lhe atribuída uma orientação política e econômica mais conservadora do que a apresentada pela RN.

O poder eleitoral adquirido pela RN no início da redemocratização, que retornou nas eleições de 2017, desde os anos 2000 esteve nas mãos da UDI, que durante esse período superou significativamente seus aliados e teve maior representação no Congresso. A UDI tem hoje o segundo lugar em número de cadeiras na Câmara dos Deputados (30), porém nunca chegou a ocupar a Presidência do Chile.

A permanência da RN, da UDI e dos enclaves autoritários no pós-regime militar trouxe pelo menos dois desafios ao governo democrático eleito em 1989: completar a transição e iniciar a consolidação da democracia, afastando qualquer risco de regressões autoritárias.⁶⁸ Podemos dizer que essas duas tarefas iniciais foram cumpridas. Segundo indicadores da *Freedom House* (2017), o Chile é uma democracia livre e estável (94/100), que tem progredido em termos de direitos políticos e liberdades civis desde a

[dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2013000200002](https://doi.org/10.4067/S0718-090X2013000200002).

67. GARRETÓN, A *redemocratização no Chile...*, p. 77.

68. GARRETÓN, A *redemocratização no Chile...*

redemocratização. Certamente, esta estabilidade democrática é resultado da extensão para a ação política pós-ditadura das estratégias de negociação com a oposição, o que, entre outros fatores, explica a resiliência e a significância política atual dos partidos que apoiaram Pinochet no passado. A democracia consensual⁶⁹ foi escolhida nos anos iniciais da redemocratização, em lugar da democracia imposta por maiorias ou minorias, embora se tenha evitado a influência política de Pinochet e de seus aliados e isolado as tendências antidemocráticas das Forças Armadas.

A Figura 4, a seguir, mostra a opinião dos entrevistados que manifestaram preferir algum partido sobre a acusação constitucional contra Pinochet. Observa-se que os entrevistados que preferem três dos quatro partidos que compõem a *Concertación* (PS, PPD e PDC) disseram ser, em sua maioria, favoráveis à acusação constitucional contra Pinochet, assim como demonstraram ser aqueles que preferem o Partido Comunista (PC) e a União de Centro-Centro Progressista (UCCP).⁷⁰ A única exceção é o PRSD.⁷¹ Por outro lado, os entrevistados simpatizantes da RN e da UDI são majoritariamente contrários à acusação contra Pinochet.

É interessante notar que, enquanto alguns simpatizantes da RN se manifestaram a favor da punição, nenhum partidário da UDI, partido herdeiro da ditadura, teve opinião favorável nesse sentido. Esse padrão é semelhante ao identificado alguns anos mais tarde, quando procurou-se saber se para resolver a questão dos direitos humanos dever-se-ia esclarecer a verdade e julgar os responsáveis.⁷²

69. A democracia consensual no Chile só teve fim durante as eleições gerais em 2013, quando a *Concertación* se comprometeu a avançar rapidamente reformas estruturais sem, no entanto, realizar os amplos acordos políticos com a coalizão de centro-direita, como era costume desde a redemocratização. Ver mais em: FÁBREGA, Jorge; GONZÁLEZ, Jorge; LINDH, Jaime. Polarization and Electoral Incentives: The End of the Chilean Consensus Democracy, 1990-2014. *Latin American Politics and Society*, v. 60, n. 4, p. 49-68, 2018. doi: <https://doi.org/10.1017/lap.2018.41>.

70. A UCCP foi um pequeno partido na década de 1990 que se localizava na centro-direita. Teve um papel majoritariamente instrumental para servir aos interesses do político Francisco Javier Errázuriz (Fra Fra).

71. No entanto, os números apresentados tanto pelo PC quanto pelo PRSD não são significantes para a leitura dos dados, visto que apenas uma pessoa disse preferir esses partidos, o que correspondeu a 100% em cada um deles.

72. HUNEEUS, *Chile, un país dividido...*

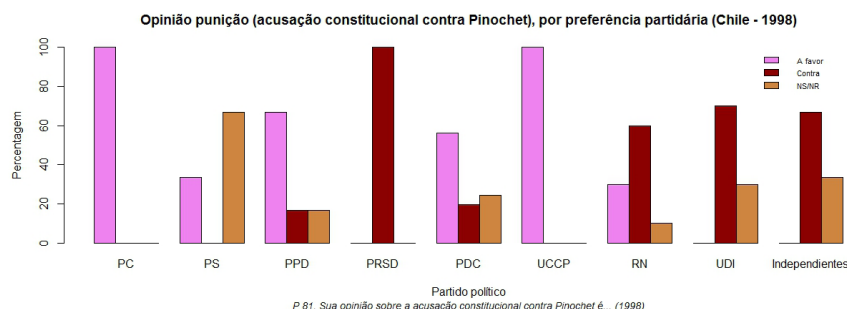


Figura 4 – Opinião sobre a punição no Chile (acusação constitucional contra Pinochet), por preferência partidária (1998)

Fonte: As autoras (2018), com base em CERC.⁷³

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, segundo a divisão ideológica de Gamboa, López e Baeza.⁷⁴

Essa distribuição das opiniões sobre a acusação constitucional contra Pinochet é mais visível ao olharmos para o posicionamento ideológico dos entrevistados (Figura 5). Quando os cidadãos se posicionam mais à esquerda do espectro ideológico, podemos observar que a grande maioria é a favor da acusação contra Pinochet. Por outro lado, os cidadãos mais à direita são contrários à punição. Ressalta-se que o índice de correlação de Pearson entre as variáveis “ideologia” e “opinião sobre a punição” é positivo, e o nível de associação entre elas é moderado ($=0,393$). Isso significa que há a tendência de que quanto mais à direita do espectro ideológico, mais os entrevistados se posicionaram contra a punição.⁷⁵

73. A pergunta realizada no inquérito foi: “Sua opinião sobre a acusação constitucional contra Pinochet é...” (CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC). *Home*. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131121073833/http://www.cerc.cl/>. Acesso em: 20 jul. 2018).

74. Os seguintes partidos políticos estão organizados da esquerda para a direita: Partido Comunista de Chile (PC), Partido Socialista de Chile (PS), Partido por la Democracia (PPD), Partido Radical Socialdemócrata (PRSD), Partido Demócrata Cristiano (PDC), Unión de Centro Progresista (UCCP), Renovación Nacional (RN), Unión Demócrata Independiente (UDI) (Gamboa; López; Baeza, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*).

75. Na base de dados, a resposta “a favor” da punição é igual a 1, e “contra” a punição é igual a 2; NS/NR é igual a 0.

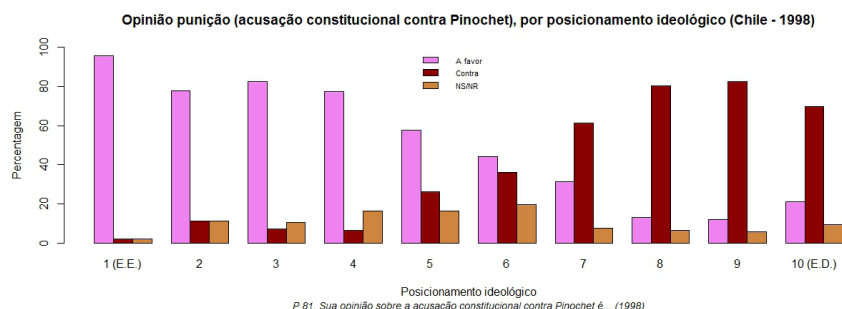


Figura 5 – Opinião sobre a punição (acusação constitucional contra Pinochet no Chile, por posicionamento ideológico

Fonte: As autoras (2018), com base em CERC.⁷⁶

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, segundo a divisão ideológica de Gamboa, López e Baeza.⁷⁷

Com relação à opinião dos entrevistados sobre o governo de Pinochet, observam-se posicionamentos em conformidade com as preferências partidárias (Figura 6). As pessoas que preferem os partidos da *Concertación* disseram que os 17 anos de ditadura militar foram regulares ou maus. Embora a maioria dos partidários da RN e da UDI tenha dito que os anos nos quais Pinochet esteve no poder foram regulares, mais de 20% deles acreditam que esse período foi muito bom.

Os dados do inquérito de 2013 apresentam resultados em parte semelhantes (Figura 7). Observa-se que os cidadãos que preferem os partidos mais à esquerda consideram que o período do governo militar foi só mau ou bom e mau. Já os entrevistados que preferem os partidos mais à direita do espectro político apresentam opiniões mescladas entre anos bons ou bons e maus. Ressalta-se que os entrevistados que dizem preferir a coalizão partidária de direita *Alianza pelo Chile* consideram que o período do governo Pinochet foi só mau.

76. A pergunta realizada no inquérito foi: “Sua opinião sobre a acusação constitucional contra Pinochet é...” (CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC), Home...).

77. GAMBOA; LÓPEZ; BAEZA, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*

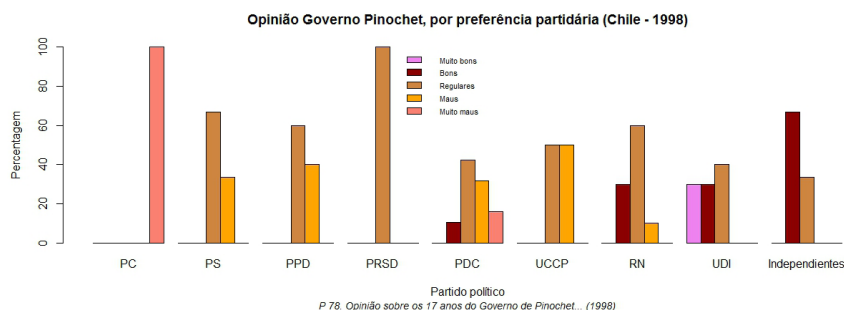


Figura 6 – Opinião sobre o governo Pinochet no Chile, por preferência partidária (1998)

Fonte: As autoras (2018), com base em CERC.⁷⁸

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, segundo a divisão ideológica de Gamboa, López e Baeza.⁷⁹

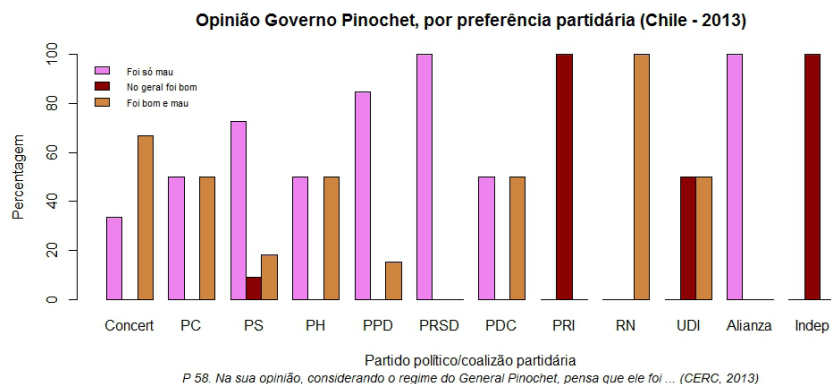


Figura 7 – Opinião sobre o governo Pinochet no Chile, por preferência partidária (2013)

Fonte: As autoras (2018), com base em CERC.⁸⁰

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, segundo a divisão ideológica de Gamboa, López e Baeza.⁸¹

Na Figura 8, a seguir, podemos perceber mais nitidamente que, em 1998, os entrevistados que se posicionaram mais à esquerda do espectro ideológico consideraram que o governo de Pinochet foi regular, mau ou muito

78. A pergunta realizada no inquérito de 1998 foi: “Opinião sobre os 17 anos do governo de Pinochet...” (CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC), Home...).

79. GAMBOA; LÓPEZ; BAEZA, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*

80. CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC), Home...

81. GAMBOA; LÓPEZ; BAEZA, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*

mau. Já a maioria dos que se colocaram mais à direita disse que os anos em que vigorou o regime militar foram bons. Nesse caso, o índice de correlação de Pearson é de $-0,326$ (associação moderada), o que indica que quanto mais os respondentes se posicionam à direita do espectro ideológico, mais eles tendem a ter boas recordações dos anos do governo de Pinochet.⁸²

Ao avaliarmos os resultados do inquérito realizado em 2013, notamos que o padrão de 1998 se mantém de certa forma (Figura 9). Mais de vinte anos após o regime militar, a maioria dos cidadãos chilenos que se localiza mais à esquerda do espectro político concorda que os anos do governo Pinochet foram maus. Já os entrevistados que se localizam mais à direita em 2013 concordam, em sua maioria, que os anos do governo de Pinochet foram bons e maus, isto é, regulares, avaliação que não foi apontada pela maioria localizada à direita em 1998. O índice de correlação de Pearson para o ano de 2013 é de $0,221$, que, embora evidencie uma associação baixa, mostra que o padrão de 1998 permanece: quanto mais à direita do espectro ideológico, mais os entrevistados consideraram o governo de Pinochet bom ou regular (bom e mau).⁸³

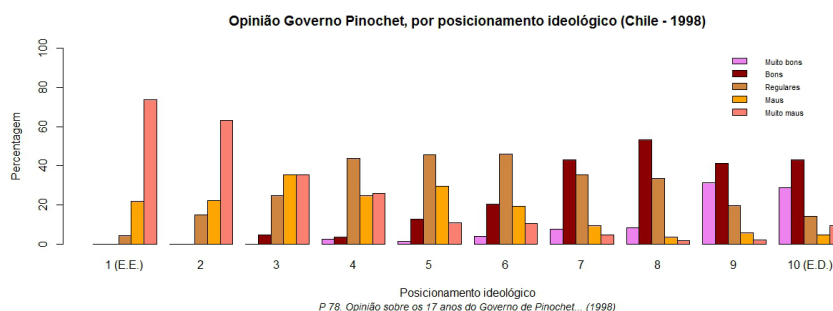


Figura 8 – Opinião sobre o governo Pinochet no Chile, por posicionamento ideológico (1998)

Fonte: As autoras (2018), com base em CERC.⁸⁴

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, segundo a divisão ideológica de Gamboa, López e Baeza.⁸⁵

82. Na base de dados, as respostas à pergunta sobre a opinião acerca dos anos do governo de Pinochet foram categorizadas da seguinte forma: 1 = “Muito bons”, 2 = “Bons”, 3 = “Regulares”, 4 = “Maus” e 5 = “Muito maus”.

83. Na base de dados do ano de 2013, as respostas à pergunta sobre o governo de Pinochet foram categorizadas da seguinte forma: 1 = “Foi só mau”, 2 = “No geral foi bom”, 3 = “Foi bom e mau”.

84. A pergunta realizada no inquérito em 1998 foi: “Opinião sobre os 17 anos do governo de Pinochet...” (CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC), Home...).

85. GAMBOA; LÓPEZ; BAEZA, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*

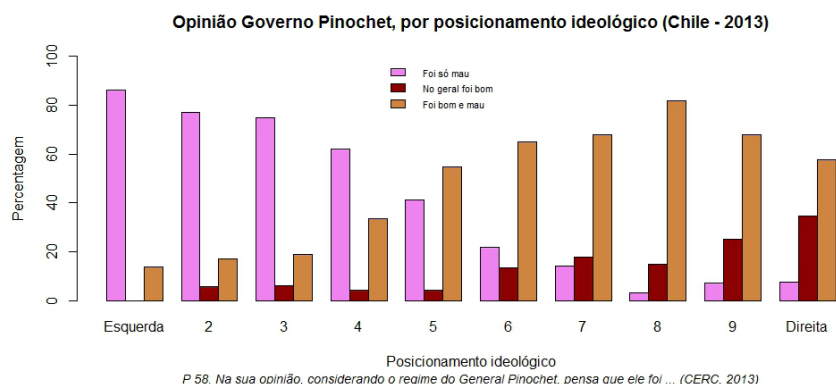


Figura 9 – Opinião sobre o governo Pinochet no Chile, por posicionamento ideológico (2013)

Fonte: As autoras (2018), com base em CERC.⁸⁶

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, segundo a divisão ideológica de Gamboa, López e Baeza.⁸⁷

As negociações entre o regime militar e a oposição política acabaram por gerar na população certo ceticismo e dúvida com relação ao processo de transição. No entanto, isso não significou a alienação política ou o conformismo dos cidadãos, que foram capazes de se posicionar politicamente e de localizar os partidos políticos no espectro ideológico, graças, entre outros fatores, à maior politização da sociedade, gerada pelo processo de transição.⁸⁸ Essa capacidade dos cidadãos chilenos de diferenciar os partidos políticos e posicioná-los no espectro ideológico é corroborada pelos resultados dos gráficos suprarreferidos.

Ao contrário do Brasil, o Chile possui um sistema partidário que tem se mantido muito estável após o período da redemocratização.⁸⁹ Certamente essa estabilidade corrobora a convergência entre identificação ideológica e atitudes perante o passado autoritário nesse país.

86. A pergunta realizada no inquérito em 2013 foi: “Opinião sobre os 17 anos do governo de Pinochet...” (CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC), Home...).

87. GAMBOA; LÓPEZ; BAEZA, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*

88. GARRETÓN, *A redemocratização no Chile...*, p. 75.

89. DOŠEK, *Cambios y Continuidades en el Sistema de Partidos de Chile (1989-2015)...*

Durante a década de 1990, o Chile apresentava uma média de 5,1 partidos efetivos na arena legislativa⁹⁰, número que hoje caiu para 4,3 (*Gallagher Index*). As coalizões tradicionais advindas desde o período de transição para a democracia, isto é, a *Concertación* e a Aliança pelo Chile, dominam a competição eleitoral, tanto no Poder Legislativo como na Presidência. Essa pouca permeabilidade do sistema político chileno no que diz respeito à inclusão de novos partidos políticos, ao passo que aumentaram-se os níveis de desconfiança nos partidos políticos e diminuiu-se o número de cidadãos que dizem simpatizar com algum deles⁹¹, parece não ter afetado a congruência esperada entre o posicionamento no espectro ideológico e as opiniões sobre a ditadura militar no Chile.

Como podemos observar nos gráficos apresentados, as opiniões dos chilenos sobre a ditadura têm uma distribuição mais normal – simétrica – quando se considera a ideologia mencionada pelos entrevistados. Tradicionalmente, o Chile é apontado como um dos países latino-americanos em que as categorias ideológicas de direita e esquerda melhor funcionam.⁹²

O caso espanhol

A ditadura franquista teve origem na Guerra Civil espanhola (1936-39), uma guerra travada entre “a democracia e a tirania” ou entre “comunistas e anarquistas e a civilização cristã”, como as duas partes se referiam a si mesmas. Quando a guerra terminou, o general Francisco Franco estabeleceu um regime autoritário de inspiração fascista que perseguiu, executou, aprisionou ou forçou ao exílio seus opositores. O Estado passou a ser altamente centralizado, e as culturas regionais, fortemente reprimidas.

90. ALCÁNTARA-SÁEZ; FREINDENBERG, *Los Partidos Políticos en América Latina...*

91. DOŠEK, *Cambios y Continuidades en el Sistema de Partidos de Chile (1989-2015)...*

92. DIX, Robert H. Cleavage Structures and Party Systems in Latin America. *Comparative Politics*, v. 22, n. 1, p. 23-37, 1989. doi: 10.2307/422320; ROJAS MORALES, Priscilla. La identificación política en el eje izquierda-derecha entre 1990 y 2005. In: NAVIA, Patricio; MORALES, Mauricio; BRICEÑO, Renato (Eds.). *El genoma electoral chileno: dibujando el mapa genético de las preferencias políticas en Chile*. Santiago: Universidad Diego Portales, 2009. p. 165-185; GAMBOA; LÓPEZ; BAEZA, *La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009...*

A forte repressão durou até 1945, altura em que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os regimes autoritários da península Ibérica se viram forçados a mascarar seu caráter autoritário. A partir de então, e até 1975, Franco continuou a reprimir a oposição, mas procedeu uma crescente judicialização da repressão.⁹³

Em 1975, com a morte de Franco, surgiu uma janela de oportunidade para a mudança de regime, por meio de uma *ruptura pactada*. A lei dos partidos políticos (1976) constituiu o primeiro grande passo em direção à democratização, visto que levou à dissolução do parlamento, à abolição do partido único (o *Movimiento*) e à legalização dos partidos políticos, assim como à criação de sindicatos independentes e à adoção de uma nova lei eleitoral. Tudo isso se tornou possível, em parte, graças à aprovação da lei de anistia, que garantiu impunidade aos responsáveis pelos crimes cometidos durante quarenta anos. Como forma de não tocar nas feridas da Guerra Civil, estabeleceu-se um consenso alargado em torno da necessidade de aprovar uma lei de anistia que fosse dirigida simultaneamente aos presos políticos e aos responsáveis pela repressão cometida durante anos de regime autoritário.⁹⁴ A lei final, de 1977, é uma lei de anistia bastante abrangente que até hoje impede que haja medidas punitivas na Espanha. Em vez disso, os sucessivos governos colocaram a ênfase apenas nas vítimas, com a aprovação de alguns mecanismos de reparação financeira. Assim, durante os primeiros 30 anos, a democracia espanhola manteve uma política de esquecimento (*olvido*) em relação à Guerra Civil e ao regime franquista.

O sistema partidário sofreu uma profunda transformação entre as eleições de 1936, que antecederam a guerra civil, e as de 1977, que elegeram o primeiro parlamento democrático, mas também houve

93. THORARIA, Juan José. Judicial independence in an authoritarian regime: the case of contemporary Spain. *Law and Society Review*, v. 9, n. 1, p. 475-496, 1975; PINTO, António Costa; RAIMUNDO, Filipa. Violence, repression and terror in mass dictatorships: a view from the European margins. In: LIM, Jie-Hjun; CORNER, Paul (Org.). *The Palgrave Handbook of Mass Dictatorships*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 105-117.

94. AGUILAR, *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española...*

importantes continuidades. Após 1975, uma parte da elite franquista aliou-se a setores mais moderados da direita e até da oposição ao franquismo, para assegurar sua continuidade no novo regime por intermédio da criação da *Unión de Centro Democrático* (UCD), um partido que se posicionou na centro-direita e com isso venceu as duas primeiras eleições. Isso contribuiu para que as elites pós-franquistas não tivessem sucesso eleitoral na fase inicial da transição, conduzindo ao desaparecimento dos *hard-liners* do regime.⁹⁵

Com a democratização, as regiões adquiriram progressivamente maior autonomia, consolidando a existência de partidos nacionais e regionais. Ao nível nacional, a partir dos anos 1980, emergiu um sistema bipartidário, tendo como grandes protagonistas o Partido Popular (PP), originalmente apelidado de *Alianza Popular* e composto por ex-ministros de Franco – aquilo que Loxton designa por partidos sucessores “recém-criados” –, e o Partido Socialista (PSOE), um partido formado no final do século XIX, que foi um alvo importante da repressão franquista e que se transformou num partido de centro-esquerda. Até 2008, esses dois partidos concentraram entre 80-90% dos votos. Ainda em nível nacional, o partido comunista (PCE), um dos principais alvos da repressão cometida durante o regime franquista, legalizado em 1977, emergiu como o terceiro maior partido, após formar uma coligação com os verdes da Catalunha em 1986, apelidada de *Izquierda Unida* (IU). Para além destes, existem diversos partidos regionalistas e independentistas de âmbito regional que desempenham um papel importante no Congresso nacional, nomeadamente na Catalunha, como os nacionalistas moderados de centro-direita *Convergencia e Unio* (CiU) e os nacionalistas moderados do País Basco, Partido Nacionalista Basco (PNV). Os independentistas da Catalunha, Esquerra Republicana Cataluña (ERC) ganharam algum destaque nas eleições de 2004 e mais recentemente nas eleições do período pós-crise

95. LINZ, Juan; MONTERO, José Ramon. The Party system of Spain, old cleavages and new challenges. *Juan March Working Paper*, v. 138, p. 4, 1999.

(2015). Alguns desses partidos foram aliados importantes do governo minoritário do PSOE em 2004-2008 quando o debate sobre a memória histórica atingiu seu auge na Espanha.

Em 2004, o governo de centro-esquerda reabriu o debate ao colocar na agenda a proposta de Lei da Memória Histórica, com o objetivo de corrigir as consequências dos anos da “política de esquecimento”, alargando as medidas de reparação e o reconhecimento das vítimas a novos grupos, removendo símbolos do regime dos espaços públicos e pondo fim ao discurso da equidistância, isto é, ao discurso que perpetuava a ideia de que ambos os lados tinham cometido crimes, pelo que nacionalistas e republicanos seriam igualmente responsáveis pela repressão durante e após a Guerra Civil. Essa iniciativa por parte do PSOE pôs fim ao consenso da transição e enfrentou a oposição do PP.

A Figura 10, na sequência, mostra a opinião dos entrevistados sobre a questão da punição na Espanha. Verifica-se que o único caso em que a maioria dos entrevistados se posiciona contra a punição é entre os que afirmam sentir-se mais próximos do PP, o único partido herdeiro espanhol. No caso dos simpatizantes do *Unión, Progreso y Democracia* (UPyD), existe uma percentagem expressiva, ainda que não majoritária, de cidadãos que se mostram contra a punição. Curiosamente, esse é o único partido entre os que estão representados que, tendo sido formado por uma ala dissidente do PSOE, se recusava a posicionar-se na escala esquerda/direita, apesar de se afirmar mais tarde como um partido de liberalismo social e contra o nível de descentralização territorial vigente. O ano de 2008, em que os dados foram recolhidos, foi o primeiro em que aquele partido conseguiu eleger um deputado. Em todos os outros casos, a percentagem de entrevistados que concorda com a punição ultrapassa os 60%, o que inclui os nacionalistas moderados que em anos anteriores apoiaram os governos minoritários do PP: a *Convergencia e Unio* (CiU) – o único partido que sofreu repressão de ambos os lados durante a Guerra Civil –, do Partido Nacionalista Basco (PNV) e a *Coalición Canária* (CC).

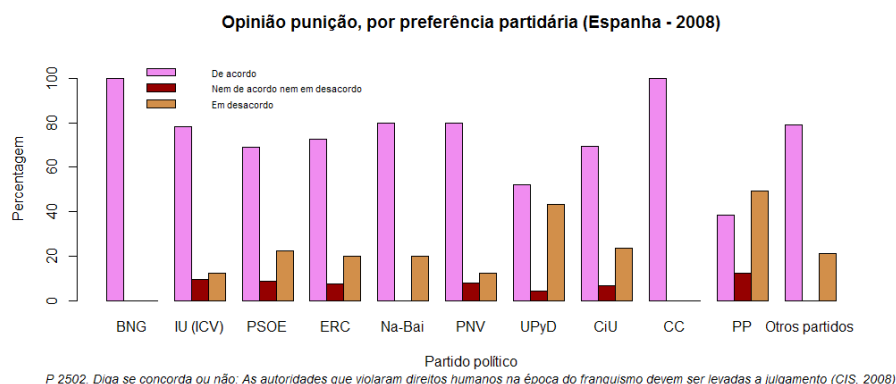


Figura 10 – Opinião sobre a punição na Espanha, por preferência partidária (2008)

Fonte: As autoras (2018), com base em CIS.⁹⁶

Nota: Os partidos estão dispostos da esquerda para a direita, de acordo com Colomer.⁹⁷ Partidos mais recentes dispostos segundo as autoras.

Do ponto de vista do autoposicionamento na escala esquerda-direita, os dados vão ainda mais claramente ao encontro da expectativa, como se pode ver na Figura 11 e com base no índice de Pearson ($=0,210$), que apresenta uma associação positiva entre ideologia e opinião sobre a punição.⁹⁸ A exceção são os indivíduos que se posicionam na extrema direita. Da extrema esquerda à centro-esquerda, os entrevistados mostram-se majoritariamente a favor da punição; os casos de maior ambiguidade se localizam na centro/direita.

96. A pergunta realizada no inquérito foi: P2502: “Diga se concorda ou não: as autoridades que violaram direitos humanos na época do franquismo devem ser levadas a julgamento” (CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS (CIS). *Memorias de la guerra civil y el franquismo*. 2008. Disponível em: http://www.cis.es/cis/export/sites/default/-Archivos/Marginales/2760_2779/2760/cues2760.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018).

97. Os seguintes partidos políticos estão indicados no gráfico, da esquerda para a direita: Esquerda Republicana da Catalunha (ERC); Grupo Nacionalista Basco (BNG), Esquerda Unida (IU), Na-Bai, Partido Nacionalista Basco (PNV), UPyD, Convergência e União (CiU), Canárias (CC), Partido Popular (PP) (COLOMER, Josep M. Spain and Portugal. In: COLOMER, Josep (Ed.). *Political Institutions in Europe*. Londres; Nova York: Routledge, 2004. p. 170-210).

98. Na base de dados, as respostas à pergunta sobre a opinião acerca da punição das autoridades que violaram os direitos humanos na época do franquismo foram categorizadas da seguinte forma: 1 = “De acordo”, 2 = “Nem de acordo nem em desacordo”; 3 = “Em desacordo”.

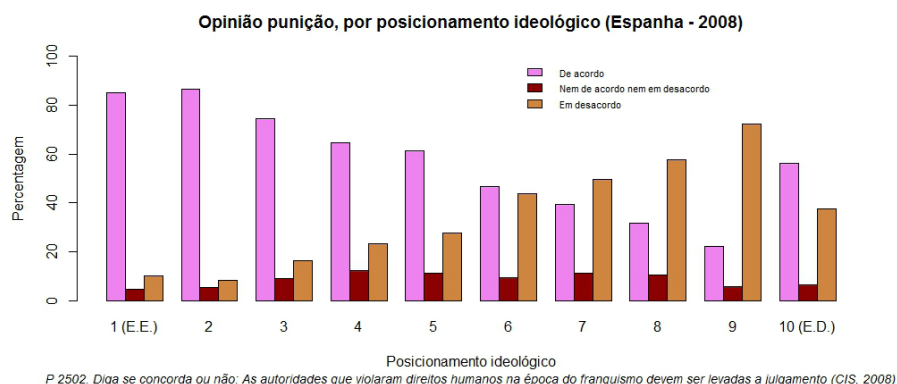


Figura 11 – Opinião sobre a punição na Espanha, por posicionamento ideológico (2008)

Fonte: As autoras (2018), com base em CIS.⁹⁹

A Figura 12, a seguir, mostra a opinião dos entrevistados sobre o regime franquista. Os indivíduos que concordaram com a afirmação “o franquismo teve tantas coisas boas como coisas más” são os que se identificam com os partidos mais à direita, nomeadamente PP, CC, CiU e UPyD. Há alguma tendência para a inversão da posição entre os indivíduos que se dizem próximos de partidos de esquerda, mas essa tendência não é tão clara quanto seria de esperar. Por exemplo, entre os entrevistados que afirmaram ser mais próximos do PSOE, a percentagem que concordou com a afirmação foi ligeiramente superior à percentagem que discordou. O mesmo se passa no caso do ECR. Esses resultados são inesperados, considerando que esses são dois partidos de esquerda históricos que tiveram um papel ativo na luta contra o franquismo.

99. A pergunta realizada no inquérito foi: “Diga se concorda ou não: As autoridades que violaram direitos humanos na época do franquismo devem ser levadas a julgamento” (CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLÓGICAS (CIS), *Memorias de la guerra...*).

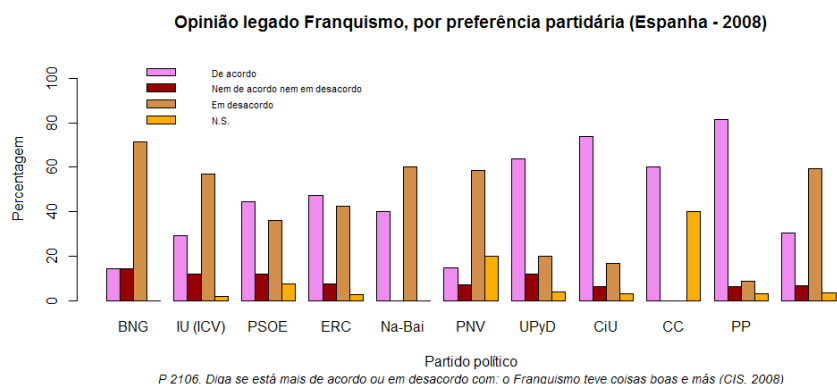


Figura 12 – Opinião sobre o legado do franquismo na Espanha, por preferência partidária (2008)

Fonte: As autoras (2018), com base em CIS.¹⁰⁰

A Figura 13, na sequência, expõe as mesmas atitudes segundo o autopo-sicionamento ideológico dos entrevistados. Os resultados são semelhantes aos da Figura 9, ainda que nesse caso o maior nível de ambiguidade surja na centro-esquerda. Ademais, as posições dos indivíduos da centro-direita à extrema direita são muito mais próximas entre si. O índice de correlação de Pearson revela uma associação positiva, porém baixa ($=0,096$), entre ideologia e opinião sobre o legado do franquismo.

Esses resultados são semelhantes aos de Torcal e Medina¹⁰¹, que analisaram a evolução do resultado de uma pergunta semelhante realizada entre 1979 e 1996, mostrando uma diminuição da percentagem dos indivíduos que consideravam que a Espanha de Franco foi um período positivo: de 71% para 55% entre os inquiridos que se posicionavam na direita, e de 43% para 31% entre os inquiridos que se posicionavam no centro-direita. Os autores salientam, porém, o fato de as diferenças entre os eleitores de esquerda e de

100. A pergunta realizada no inquérito foi: P 2106: “Diga se está mais de acordo ou em desacordo com a seguinte afirmação: o Franquismo teve coisas boas e coisas más” (CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS (CIS), *Memorias de la guerra...*).

101. TORCAL, Mariano; MEDINA, Lucía. Ideología y voto en España 1979-2000: los procesos de reconstrucción racional de la identificación ideológica. *Revista Española de Ciencia Política*, v. 6, p. 57-96, 2002. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37328/20846>. Acesso em: 21 jul. 2018.

direita se manterem, apesar da diminuição, e que à data da recolha dos dados o PP ainda não tinha condenado explicitamente o franquismo. Esse fato mantém-se na data da recolha dos dados aqui analisados.

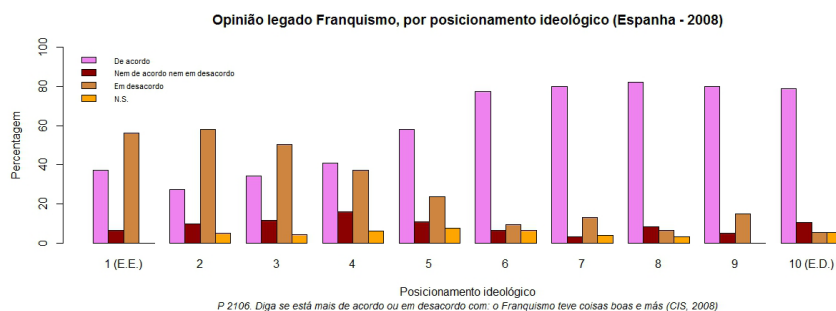


Figura 13 – Opinião sobre o legado do franquismo na Espanha, por posicionamento ideológico (2008)

Fonte: As autoras (2018), com base em CIS.¹⁰²

Verificamos que, no geral, as posições dos entrevistados sobre a punição e sobre o passado autoritário são consistentes e em linha com as nossas expectativas. Ou seja, os entrevistados que se sentem próximos do PP e do UPyD posicionam-se contra a punição e revelam ter uma visão mais positiva do passado do que os restantes. Existem casos em que as atitudes dos entrevistados acham-se em sentidos opostos – os casos do ERC, CiU e do CC –, porquanto revelam ser a favor da punição, mas tendem a considerar que o regime anterior teve tanto aspectos positivos como negativos.

Assim como no caso chileno, podemos observar certa simetria nos gráficos correspondentes à Espanha, o que demonstra que os cidadãos que têm preferência pelos partidos localizados à esquerda do espectro ideológico, ao contrário dos simpatizantes dos partidos à direita, tendem a demonstrar opiniões favoráveis às medidas de justiça de transição e contra o regime franquista. Em 2008, ano da realização do inquérito que foi utilizado para a

102. A pergunta realizada no inquérito foi: “Diga se está mais de acordo ou em desacordo: o Franquismo teve coisas boas e coisas más” (CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLÓGICAS (CIS), *Memorias de la guerra...*).

investigação do caso espanhol, o número de partidos efetivos no país era de 2,79, que aumentou para 5,03 em 2016 (*Gallagher Index*). Ainda que o número de partidos efetivos na arena eleitoral tenha aumentado num período de 8 anos, o sistema partidário espanhol não apresenta um alto nível de fragmentação partidária e pode ser considerado estável, o que contribui para bons níveis de identificação partidária.

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo testar empiricamente se existe uma relação entre as atitudes dos cidadãos perante o passado autoritário e perante a justiça de transição com seu posicionamento ideológico. Para tal, selecionamos três países em que a transição à democracia ocorreu por negociação entre a elite autoritária e a elite democrática, entre os anos 70 e 80 do século XX: Espanha, Chile e Brasil. No primeiro caso, a democracia sucedeu a um regime autoritário civil de direita; nos restantes casos, a democracia sucedeu a ditaduras militares, também de direita. Em todos os casos, os regimes estão associados a uma ideologia de direita com um forte componente anticomunista. Nesse sentido, a hipótese que colocamos foi a de que, no contexto das democracias consolidadas, os cidadãos que se identificam com partidos mais à esquerda do espectro político seriam mais críticos ao anterior regime e mais favoráveis à punição dos seus responsáveis políticos; o inverso deveria suceder em relação aos cidadãos que se identificam com partidos mais à direita.

Verificamos que a hipótese se confirma no caso da Espanha, que é parcialmente confirmada no caso do Chile, e que é infirmada no caso do Brasil. Contudo, tais resultados são meramente indicativos, visto que não foi feita uma análise comparativa, por limitações relacionadas com o tipo de pergunta, hipóteses de resposta e tipo de amostra utilizada. Só uma análise comparativa nos permitiria afirmar com segurança se existe ou não uma relação entre atitudes perante o passado e perante a justiça de transição e a ideologia e a preferência partidária dos indivíduos.

Nossos resultados sugerem que o grau de institucionalização do sistema partidário e o nível de identificação partidária no país poderão ter um efeito

moderador entre as atitudes perante a justiça de transição punitiva e a aproximação a um partido político. No caso do Chile, por exemplo, a maior clareza na divisão das opiniões sobre a ditadura em relação ao posicionamento mais à esquerda (em que se esperam opiniões ruins) e mais à direita (em que se esperam opiniões mais positivas) pode dever-se à maior estabilidade do sistema político-partidário. Ao contrário, os resultados para o Brasil não sugerem que haja uma relação definida entre identificação partidária e posicionamentos perante a ditadura militar, o que pode ser explicado pelo alto nível de fragmentação partidária, fator que contribui para um baixo nível de institucionalização do sistema partidário, juntamente com as recorrentes mudanças das siglas partidárias.

As diferenças que encontramos entre os três casos, sendo o caso brasileiro o que mais foge à confirmação das hipóteses formuladas inicialmente, mostram que nem sempre os partidos funcionam como mediadores e estruturadores das opiniões dos cidadãos sobre as diversas temáticas. Contudo, nos países onde tal acontece, os resultados sugerem que poderá haver uma elevada congruência entre as atitudes das massas e as das elites políticas.

Pesquisas futuras deverão analisar em que medida as preferências partidárias dos indivíduos no contexto de democracias pós-autoritárias estão relacionadas com o papel que os partidos desempenharam durante e após o processo de transição, assim como qual a congruência entre as atitudes de uns e de outros. Esse poderá constituir um importante contributo para o estudo clássico da identificação partidária dos indivíduos.

Referências

- AGUILAR, Paloma. *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*, Madrid: Alianza, 1996.
- AGUILAR, Paloma; BALCELLS, Laia; CEBOLLA-BOADO, Héctor. Determinants of Attitudes Toward Transitional Justice: An empirical analysis of the Spanish Case. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 10, p. 1397-1430, 2011. doi: <https://doi.org/10.1177/0010414011407468>.
- ALCÁNTARA-SÁEZ, Manuel; FREINDENBERG, Flavia. Los Partidos Políticos en América Latina. *América Latina Hoy*, v. 27, p. 17-35, 2001. Disponível em: <http://>

- revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2728/2766. Acesso em: 20 jul. 2018.
- ARNOSO MARTINEZ, Maitane; CASTRO, Manuel Cárdenas; ROVIRA, Darío Páez. Justicia Transicional y predictors del perdón político en Chile. *Revista Latinoamericana de Derechos Humanos*, v. 26, n. 1, 2015. doi: <https://doi.org/10.15359/rldh.26-1.4>.
- BACKER, David. Watching a bargain unravel? A panel study of victims' attitudes about transitional justice in Cape Town, South Africa. *The International Journal of Transitional Justice*, v. 4, p. 443-456, 2010. doi: <https://doi.org/10.1093/ijtj/ijq015>.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova*, v. 26, p. 133-165, 1992. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200005>.
- BENITES, A. Partido Progressista, o “filho” da ditadura que coleciona escândalos. *El País*, 8 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/07/politica/1425756874_200149.html. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BRATON, Michael. Violence, partisanship and transitional justice in Zimbabwe. *Journal of Modern African Studies*, v. 49, n. 3, p. 353-380, 2011.
- BROUNÉUS, Karen. The trauma of truth telling effects of witnessing in the Rwandan Gacaca courts on psychological health. *Journal of Conflict Resolution*, v. 54, n. 3, p. 408-437, 2010. doi: <https://doi.org/10.1177/0022002709360322>.
- CÁRDENAS, Manuel; PÁEZ, Darío; RIMÉ, Bernard; ARNOSO, Maitane. How Transitional Justice Processes and Official Apologies Influence Reconciliation: the case of the Chilean “Truth and Reconciliation” and “Political Imprisonment and Torture” Commissions. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 25, n. 6, p. 515-530, 2015. doi: <https://doi.org/10.1002/casp.2231>.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA (CERC). *Home*. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131121073833/http://www.cerc.cl/>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (CESOP). *Avaliação da presidente Dilma/intenção de voto presidente/50 anos da ditadura militar*. 2014. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3549. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS (CIS). *Memorias de la guerra civil y el franquismo*. 2008. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/export/>

- sites/default/-Archivos/Marginales/2760_2779/2760/cues2760.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CERQUEIRA, Adriano S. L. da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Ed.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p. 157-84.
- CHEESEMAN, Nic; LUNA, Juan Pablo; KITSCHOLT, Herbert *et al.* *Politics Meets Politics: The Emergence of Programmatic Political Parties*. Stockholm: International IDEA, 2014.
- COLOMER, Josep M. Spain and Portugal. In: COLOMER, Josep (Ed.). *Political Institutions in Europe*. Londres; Nova York: Routledge, 2004. p. 170-210.
- DAALDER, H. Ivo. Parties: Denied, Dismissed, or Redundant? A Critique. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Eds.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 39-57.
- DAVID, Roman; CHOI, Susanne. Victims on Transitional Justice: Lessons from the Reparation of Human Rights Abuses in the Czech Republic. *Human Rights Quarterly*, v. 27, n. 2, p. 392-435, 2005. doi: 10.1353/hrq.2005.0016.
- DIX, Robert H. Cleavage Structures and Party Systems in Latin America. *Comparative Politics*, v. 22, n. 1, p. 23-37, 1989. doi: 10.2307/422320.
- DOŠEK, Thomáš. Cambios y Continuidades en el Sistema de Partidos de Chile (1989-2015): Entre la Estabilidad y el Desencanto. In: FREIDENBERG, Flavia (Ed.). *Los Sistemas de Partidos en América Latina, 1978-2015: Cono Sur y Países Andinos* (Tomo 2). México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto Nacional Eleitoral, 2016. p. 135-191.
- EKMAN, Joakim; LINDE, Jonas. Communist nostalgia and the consolidation of democracy in Central and Eastern Europe. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, v. 25, n. 3, p. 354-374, 2005.
- ELSTER, Jon. *Closing the books*. Transitional Justice in Historical Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ESPINOSA, Agustín *et al.* Between Remembering and Forgetting the years of political violence: psychosocial impact of the Truth and Reconciliation Commission in Peru. *Political Psychology*, v. 38, n. 5, p. 849-866, 2016. doi: <https://doi.org/10.1111/pops.12364>.

- FÁBREGA, Jorge; GONZÁLEZ, Jorge; LINDH, Jaime. Polarization and Electoral Incentives: The End of the Chilean Consensus Democracy, 1990-2014. *Latin American Politics and Society*, v. 60, n. 4, p. 49-68, 2018. doi: <https://doi.org/10.1017/lap.2018.41>.
- GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul (Eds.). *The Politics of Electoral Systems*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2008.
- GAMBOA, Ricardo; LÓPEZ, Miguel; BAEZA, Jaime. La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009: de la polarización al consenso. *Revista de Ciencia Política*, v. 33, n. 2, p. 443-467, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2013000200002>.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova*, v. 27, p. 59-92, 1992. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000300004>.
- GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília M. dos; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). *Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 16-24.
- GIBSON, James. Does Truth Lead to Reconciliation? Testing the Causal Assumptions of the South African Truth and Reconciliation Process. *American Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 201-217, 2004. doi: [10.1111/j.0092-5853.2004.00065.x](https://doi.org/10.1111/j.0092-5853.2004.00065.x).
- GIBSON, James; GOUWS, A. Truth and reconciliation in South Africa: attribution of blame and the struggle over apartheid. *The American Political Science Review*, v. 93, n. 3, p. 501-517, 1999. doi: [10.2307/2585571](https://doi.org/10.2307/2585571).
- HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott. Democracy in Brazil: Origins, Problems, Prospects. *Kellogg Institute, working paper n. 100*, p. 1-33, 1987. Disponível em: https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/100_0.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de; BOITEUX, Luciana; BERNER, Vanessa O. B. Justiça de transição e direitos humanos na América Latina e na África do Sul. *Revista OABRJ*, v. 25, n. 29, p. 55-75, 2010.
- HUMLEBAEK, Carsten. Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). O

- passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 121-140.
- HUNEEUS, Carlos. *Chile, un país dividido: la actualidad del pasado*. Santiago: Catalonia, 2003.
- _____. La autodisolución de la “democracia protegida” en Chile: cambios institucionales y el fin del régimen del general Pinochet. *Revista de Ciencia Política*, v. 19, n. 1, p. 61-86, 1997. Disponível em: <https://repositorio.uc.cl/handle/11534/10875>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.
- LINZ, Juan; MONTERO, José Ramon. The Party system of Spain, old cleavages and new challenges. *Juan March Working Paper*, v. 138, p. 4, 1999.
- LONGMAN, T.; PHAM, P.; WEINSTEIN, H. Connecting justice to human experience: attitudes toward accountability and reconciliation in Rwanda. In: STOVER, E.; WEINSTEIN, H. (Eds.). *My Neighbor, My Enemy: justice and community in the aftermath of mass atrocity*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- LOXTON, James. *Authoritarian successor parties worldwide: a framework for analysis*. Working paper 411. Kellogg Institute for International Studies. University of Notre Dame Press, 2016.
- LUNA, Juan Pablo; ALTMAN, David. Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of party system institutionalization. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/news/Summer-2011-LAPS-Luna-Altman.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 3, p. 72-88, 2017. doi: 10.5380/recp.v8i3.54834.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Party System Institutionalization and Party System Theory After the Third Wave of Democratization. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.). *Handbook of Party Politics*. UK: SAGE Publications, 2006. p. 204-227.
- MORLINO, Leonardo; MATTEI, F. Old and new authoritarianism in Southern Europe. In: LARSEN, S. U. (Org). *Modern Europe After Fascism*. Nova York: Columbia University Press, 1998. v. 2. p. 1752-1776.

- NALEPA, Monika. Tolerating mistakes: How do popular perceptions of procedural fairness affect demand for transitional justice? *Journal of Conflict Resolution*, v. 56, n. 3, p. 490-515, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1177/0022002712438343>.
- NUSSIO, Enzo; RETTBERG, Angelika; UGARRIZA, Juan E. Victims, Nonvictims and their opinions on transitional justice: findings from the Colombian case. *International Journal of Transitional Justice*, v. 9, n. 2, p. 336-354, 2015. doi: <https://doi.org/10.1093/ijtj/ijv006>.
- OLSEN, Tricia D.; LEIGH, A. Payne; REITER, Andrew G. The justice balance: When transitional justice improves human rights and democracy. *Human Rights Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 980-1007, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40930342>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- PINTO, António Costa. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 17-46.
- _____. Legado Autoritario, Justicia Transicional y Crisis del Estado en la Democratización de Portugal. In: BABY, Sophie; COMPAGNON, Olivier; CALLEJA, Eduardo González. *Violencia y transiciones políticas a finales del siglo XX*. Madri: Casa de Velázquez, 2009. p. 131-156.
- PINTO, António Costa; RAIMUNDO, Filipa. Violence, repression and terror in mass dictatorships: a view from the European margins. In: LIM, Jie-Hjun; CORNER, Paul (Org.). *The Palgrave Handbook of Mass Dictatorships*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 105-117.
- POP-ELECHES, G.; TUCKER, Joshua. *Communism's Shadow: Historical Legacies and Contemporary Political Attitudes*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2017.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review*, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.
- POWER, Timothy. *The Political Right in Post-Authoritarian Brazil: Elites, Institutions and Democratization*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2000.
- RAIMUNDO, Filipa. *Ditadura e democracia. Legados da memória*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

- _____. A justiça de transição e a memória do autoritarismo em Portugal. *Revista Contemporânea*, ano 5, n. 7, p. 1-35, 2015.
- _____. Dealing with the past in Central and Southern European democracies: comparing Spain and Poland. In: MINK, Georges; NEUMAYER, Laure. *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe*. London: Palgrave Macmillan 2013.
- ROJAS MORALES, Priscilla. La identificación política en el eje izquierda-derecha entre 1990 y 2005. In: NAVIA, Patricio; MORALES, Mauricio; BRICEÑO, Renato (Eds.). *El genoma electoral chileno: dibujando el mapa genético de las preferencias políticas en Chile*. Santiago: Universidad Diego Portales, 2009. p. 165-185.
- RUBLI, Sandra. (Re)making the Social World: The Politics of Transitional Justice in Burundi. *Africa Spectrum*, v. 48, n. 1, p. 3-24, 2013. Disponível em: <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/view/597/595>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- SAMII, Cyrus. Who wants to forgive and forget? Transitional justice preferences in postwar Burundi. *Journal of Peace Research*, v. 50, n. 2, p. 219-233, 2013. doi: <https://doi.org/10.1177/0022343312463713>.
- SANTANA-PEREIRA, José; RAIMUNDO, Filipa; PINTO, António Costa. An ever-shadowed past? Citizens' attitudes towards the dictatorial regime in twenty-first century Portugal. *South European Society and Politics*, v. 21, n. 2, p. 197-210, 2016. doi: [10.1080/13608746.2015.1128667](https://doi.org/10.1080/13608746.2015.1128667).
- SAWER, Edward; KELSALL, Tim. Truth versus Justice? Popular Views on the Truth and Reconciliation Commission and the Special Court for Sierra Leone. *The Online Journal of Peace and Conflict Resolution*, v. 7, p. 36-68, 2007.
- SOTIROPOULOS, Dimitri. O passado autoritário e a democracia grega contemporânea. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 187-214.
- SZCZERBIAK, Aleks. Communist-forgiving or Communist-purging? Public Attitudes toward Transitional Justice and Truth Revelation in Post-1989 Poland. *Europe-Asia Studies*, v. 69, n. 2, p. 325-347, 2017. doi: <https://doi.org/10.1080/09668136.2017.1279590>.
- THORARIA, Juan José. Judicial independence in an authoritarian regime: the case of contemporary Spain. *Law and Society Review*, v. 9, n. 1, p. 475-496, 1975.

- TORCAL, Mariano; MEDINA, Lucía. Ideología y voto en España 1979-2000: los procesos de reconstrucción racional de la identificación ideológica. *Revista Española de Ciencia Política*, v. 6, p. 57-96, 2002. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37328/20846>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762007000200005>.
- ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *Seminário Legislator Views of Brazilian Governance*. Oxford: Universidade de Oxford, 2009. p. 1-18.

